

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO**

1974

INSTITUTO RIO-BRANCO

SUMÁRIO

HISTÓRICO	9
ORGANIZAÇÃO	11
DIA DO DIPLOMATA	
Formatura da Turma de 1973	13
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores	15
ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	21
Programas	27
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Organização do Curso	40
Aula Inaugural do C.P.C.D.	45
Ano Letivo — 1974	46
Programas	51
Diplomandos de 1974	85
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	92
Cursos Especiais e de Extensão	95
Concursos	97
Biblioteca	99
ANEXOS	
Textos das Provas do Exame Vestibular	103
Legislação	115
Pessoal	119
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1974	120
Professores do Instituto Rio-Branco	125
Relação dos ex-Professores do Instituto Rio-Branco	143

INSTITUTO RIO-BRANCO

1974

Diretor:

EMBAIXADOR ALFREDO TEIXEIRA VALLADÃO

Chefe da Secretaria:

SECRETARIO MARIA DA NATIVIDADE DUARTE RIBEIRO PETIT

Coordenador de Ensino:

SECRETÁRIO RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

Secretaria do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-lei n.º 7.473, ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e lhe regularam o funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, para responder à necessidade de fornecer aos futuros Diplomatas o treinamento profissional prévio adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas em situações excepcionais.

Pelo Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, consistindo a primeira de provas de seleção prévia. Ademais, o trabalho de seleção poderá ser realizado em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica

do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1974 foram realizados 29 exames vestibulares e, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram formados 540 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1974 elevou-se a 595 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 55 recrutados mediante Concurso de Provas relativos aos anos de 1954, 1955, 1962 e 1967.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto são disciplinadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973 e por Regulamento próprio, aprovado pelo Decreto nº. 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a organização e realização de Plano de Pesquisas e Publicações.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário. Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- I — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- II — Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- III — Curso de Altos Estudos;
- IV — Cursos Especiais;
- V — Cursos de Extensão.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata.

Realiza-se, tradicionalmente, a 20 de abril, "Dia do Diplomata", data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco, como parte de suas celebrações, a solenidade de entrega dos diplomas e medalhas aos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel, com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, foram diplomados, em 1974, os seguintes alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano anterior:

João Almino de Souza Filho
Antônio Herculano Lopes
Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Sarkis Karmirian
Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Luiz Felipe Mendonça Filho
Cláudia D'Angelo
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Bárbara Goraczko
Luís Fernando de Andrade Serra
Luiz Francisco Pandiá Braconnot
Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
Heraldo Póvoas de Arruda
Marcelo Andrade de Moraes Jardim
Marco Antônio Diniz Brandão
Ivone Brandão Vieira Faria
Maria Dulce Soares da Silva
Raul de Taunay

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1.^º e 2.^º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Medalha de ouro: João Almino de Souza Filho

Medalha de prata: Antônio Herculano Lopes

O "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", conferido ao 1.^º e 2.^º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Medalha de prata: Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Medalha de bronze: Sarkis Karmirian

Na ocasião, discursou o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, cuja oração é transcrita, integralmente, a seguir.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELACIONES EXTERIORES,
EMBAIXADOR ANTÔNIO FRANCISCO
AZEREDO DA SILVEIRA,
NAS COMEMORAÇÕES, EM 1974, DO "DIA DO DIPLOMATA"
E DA FORMATURA DA TURMA DE 1973 DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
meus colegas, Senhoras e Senhores,

Tenho hoje — tão cedo após a minha investidura como Ministro das Relações Exteriores — a grata e muito honrosa oportunidade de receber Vossa Excelência nesta Casa, Senhor Presidente, onde vem presidir a solenidade de formatura de uma nova turma de diplomatas, preparada pelo Instituto Rio-Branco. Não poderia haver, para mim, circunstância mais auspíciosa do que esta para dirigir, aos jovens Secretários que ingressam na carreira, algumas palavras de estímulo e de avaliação sucinta do papel do diplomata no Brasil contemporâneo.

Seja, antes de mais nada, constatado que o nosso País se vê defrontado, na conjuntura atual, com oportunidades sem precedentes de atuação e de presença no plano internacional. Tais oportunidades, se resultam, por um lado, de fatores exógenos, também se originam nos esforços de todos os brasileiros, pois, derivam da projeção mais ampla dos interesses nacionais multiplicados pelo crescimento do Brasil.

Nesta hora, de amplo descortino para o mundo, cabem aos diplomatas tarefas de especial urgência e responsabilidade, as mesmas de sempre e que lhes são próprias, exaltadas, porém, pelo significado excepcional do momento.

Como para todo aquele que elege a profissão de servir à Pátria, a primeira obrigação do diplomata é a de executar a política do Governo, ditada pelos objetivos e pelos interesses nacionais. Mas, se a todos eles compete desincumbir-se do dever executivo de forma criadora, de modo a tornar fecunda e renovadora a seiva do organismo público, de uns mais do que de outros se

espera que no exercício de suas profissões, sejam particularmente conscientes e atentos. Tal é o caso do diplomata, em virtude das próprias características de sua função.

Nem sempre tem sido fácil ao grande público compreender a natureza especial da atividade diplomática. É que a diversidade dos requisitos que a integram torna precário o seu entendimento por quem não tem com ela um trato mais familiar. A tarefa do diplomata é necessariamente discreta, e até mesmo, muitas vezes, tanto mais eficaz quanto obscura. Flexível e adaptável, desvia-se ela dos modelos programáticos, que facilitam a contabilidade dos êxitos ou a definição dos insucessos. Imaginativa e versátil, pode parecer expediente quando está sendo tática, inconsciente quando pragmática, fria quando realista. E por ser eminentemente política, é, sobretudo, uma arte do possível. O que não significa, nem pode significar, que, num país como o Brasil, lhe falte o parâmetro ético. Ao contrário, porque nos orgulhamos de ser um povo responsável, o nosso pragmatismo deverá, portanto, exercer-se sempre dentro dessa moldura, que lhe confere a dimensão humana.

Voltado a um tempo para o lado externo e o lado interno das fronteiras do país, o diplomata é o agente da integração dos destinos nacionais, no contexto mais amplo do cenário internacional. Suas atribuições específicas são informar, negociar e representar. Estes três elementos se fundem no objetivo de vincular a realidade nacional com a sua projeção no exterior. Longe de ser ou de poder ser desligado da intimidade nacional, o diplomata tem que nela poder situar-se com total naturalidade, para poder representá-la em seu sentido mais amplo. Se permitir que suas raízes nacionais sejam cortadas, estará perdendo a eficácia e a própria representatividade. Recomendo-lhes, meus jovens colegas, que nunca se permitam este alheamento estéril.

Ao cumprir a função de informar, o diplomata tem que estar alerta para o panorama externo, cambiante e multifacetado, a fim de reagir às oportunidades que surjam e às ameaças que se apresentem. Essa conceituação já evidencia a relevância do papel do diplomata no conjunto da ação do Governo. Como evidencia, também, a necessidade de uma modernização constante de sua máquina operacional.

De fato, as atividades diplomáticas de avaliação, num mundo altamente tecnicizado, têm necessariamente que ser revistas continuamente para serem exercidas num contexto de eficiência definido pelo aproveitamento das modernas técnicas, em função dos objetivos próprios da atividade diplomática. Nesse sentido,

pode ser inestimável a cooperação que a diplomacia presta aos demais órgãos do Governo, voltados para as tarefas de construção e de segurança internas.

Da mesma forma, a atividade negociadora se define, hoje, em moldes distintos dos do passado. Mais e mais, é imprescindível uma coordenação de todo o Governo, pois, é para atender a objetivos por ele traçados que o diplomata negociará no exterior. Assim, boa parte da substância na formulação da missão diplomática que cabe ao Itamaraty tende a concentrar-se nos aspectos da política externa. E, em virtude da responsabilidade que tem de conectar a realidade nacional com sua projeção externa, o Itamaraty deve ajustar ao máximo sua capacidade profissional de negociar, bem e com rigor, cabendo-lhe, sem dúvida, a tarefa básica de executar as negociações, na mais íntima colaboração com os órgãos governamentais interessados.

A terceira função do diplomata é representar. Dele se espera que reflita nosso povo, nossas tradições, nossas aspirações, nossa cultura. Por isso, viver no exterior não é exercício hedonístico ou fútil vilegiatura de privilegiados. Esta missão encerra uma grande responsabilidade e certamente comporta os conhecidos sacrifícios do exílio. Força é ter sempre em mente que, até no cotidiano e na simplicidade, o diplomata é um fragmento da imagem do Brasil e precisa, sobretudo, transmiti-la bem.

Meus jovens e bem preparados Colegas,

A diplomacia nem sempre se presta à formulação de programas rígidos. Não se pode, assim, fazer um elenco de metas ou propor calendários para alcançá-las. Em sua função de projetar no exterior o interesse nacional, cabe à diplomacia compreender e interpretar o quadro externo, sob uma luz atual e real, com o entendimento límpido dos princípios básicos que devem reger-nos e que nos encaminham para a busca do desenvolvimento econômico e social do Brasil em clima de segurança, pois que, como definiu Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, este é o objetivo global do Governo do Brasil.

O Brasil é um país de vocação pacífica, desafeito ao isolamento e avesso aos sonhos de hegemonia. Somos, por temperamento e por vocação geopolítica, abertos à cooperação e voltados ao ecumenismo. Nosso maior interesse é o de abrir o leque das coincidências e trabalhar pelo progresso coletivo. Não nos fascinam as manipulações maquiavélicas, que exploram a desunião para forçar a cunha de interesses nacionais espúrios. Para nós, poder e responsabilidade são duas facetas de uma realidade

única. A ambas encaramos dentro de uma moldura ética, que nos faz ver a pátria como uma projeção do homem. Para servi-lo, aspiramos à criação de uma sociedade mais rica e mais justa. Tais objetivos brasileiros tenderão a refletir-se, mais e mais, no cenário internacional. Por suas dimensões, por suas potencialidades, o Brasil tende a aumentar o peso específico de sua presença no mundo. Essa presença nunca será negativa, matizada por antagonismo ou impregnada por preocupações de ponderância. Não nos movem, tampouco, preconceitos herdados ou impostos. País de um povo generoso, o Brasil busca a convivência e a cooperação e estendemos a nossa simpatia a todos os que comungam conosco aspirações semelhantes. Zelosos de nossa independência, entendemos e apoiamos aqueles que aspiram manifestar, livres de imposições exógenas, os legítimos anseios nacionais. Abominamos toda sorte de prepotência, mas, mesmo com a brandura que é um dos apanágios históricos do Brasil, estaremos sempre, como no passado, preparados para enfrentá-la firmemente. Tranquíilos em nossas fronteiras, negociadas pacificamente com vizinhos que hoje são todos amigos e irmãos, vemos com inquietação a violação territorial contra a vontade dos povos. E acreditamos que os caminhos da paz e do progresso, pela compreensão e pela convivência, são numerosos e acessíveis.

Senhor Presidente da República,

Mais uma vez agradeço a presença de Vossa Excelência nesta Casa. O desafio constante do Itamaraty, dada a forma porque se insere uma Chancelaria no processo decisório nacional, é sempre o da eficácia. Dedicação, rigor operativo e a máxima atenção aos imperativos do interesse nacional é o que prometemos todos a Vossa Excelência.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO
EM 1974

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, no Rio de Janeiro, para se submeterem aos demais exames e provas.

São requisitos para a inscrição no Exame Vestibular: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação.

Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

De acordo com a Portaria Ministerial n.º 365, de 2 de agosto de 1973, foi introduzido o vestibular integrado, no qual as provas de Seleção Prévia, constituídas de provas escritas e eliminatórias de Português, Francês e Inglês, passaram a ser parte integrante dos exames de admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, sendo-lhes atribuído o peso 2 e seus resultados computados na média final de aprovação. Foi, igualmente, retirado o exame oral destas provas.

Entre as inovações introduzidas, vale assinalar a da divulgação do vestibular feita, por funcionários da Carreira, nas diferentes capitais onde funcionam os centros de inscrição.

Os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão designada pelo Diretor do Instituto, entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. Todas as provas são eliminatórias.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrição. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 3 de setembro a 26 de outubro de 1973.

As provas se efetuaram nos dias 28, 29 e 30 de novembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelos Secretários Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit e Raphael Valentino Sobrinho, respectivamente, Chefe da Secretaria do IRBR e Coordenador de Ensino, ficou assim constituída:

PORTUGUÊS

Professores

Josué Montello e
Márcio Fortes de Almeida

FRANCÊS

Professoras

Suzanne Mesquita e
Brigitte Lorenzana Calcaneo

INGLÊS

Professoras

Aíla de Oliveira Gomes e
Maria Regina Abrantes da Silva Pinto

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Sérgio Eduardo Dias Lengruber
Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
Porto Alegre — Secretário Elim Saturnino Ferreira Dutra
Recife — Secretário Vitória Alice Cleaver
Salvador — Secretário Armando Victor Boisson Cardoso
São Paulo — Secretário Eduardo Monteiro de Barros Roxo

Movimento Geral

Inscritos	196
Desistentes	47
Submeteram-se às provas	149
Aprovados	29

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os exames da 2.^a Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram início em janeiro de 1974: exames de sanidade e capacidade física realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Octavio Almerindo Ferreira e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor José Leme Lopes, presidente; Doutores Jacques Vieira Engel e Carlos Edson Duarte e Psicólogos Júlia Maria de Almeida Chermont e Maria Cecília de Oliveira e Souza. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, chefe do Serviço Médico do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores na Guanabara.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.^º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Ayrton Gonzalez Gil Dieguez, presidente; Conselheiro Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Submeteram-se a esses exames 29 candidatos aprovados nas provas de seleção prévia.

Convocados	29
Inabilitados	3
Habilitados	26

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais realizaram-se de 4 a 28 de fevereiro.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, e assessorada pelos Secretários Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit e Raphael Valentino Sobrinho, ficou assim constituída:

GEOGRAFIA

Professores

Orlando Valverde e
Myriam Gomes Coelho Mesquita

HISTÓRIA DO BRASIL

Professores

Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

HISTÓRIA MUNDIAL

Professores

Francisco José Calazans Falcon e
Ilmar Rohloff de Mattos

DIREITO

Professores

Caio Mário da Silva Pereira e
Flávio Bauer Novelli

Movimento Geral

Matérias	Prestaram prova	Reprovados	Aprovados
Geografia	27(*)	3	24
História do Brasil	24	—	24
História Mundial	24	1	23
Direito	23	—	23

(*) 1 candidato prestou as provas, e conseguiu aprovação, por força de liminar concedida em Mandado de Segurança. Não foi, porém, matriculado no C.P.C.D. em virtude de revogação da liminar.

Foi a seguinte a classificação final:

Antônio José Vallim Guerreiro
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
Cesar Augusto Amaral
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
Marcelo Roberto Soares Novaes
Ruy Carlos Pereira
Renan Leite Paes Barreto
Georges Christophe Kállay
Ernesto Otto Rubarth
Maria Stela Santos Pompeu Brasil
Eduardo dos Santos

Américo Dyott Fontenelle
Régis Percy Arslanian
Fernando Augusto Ferraz Muggiati
Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
Marcos Caramurú de Paiva
Raymundo Santos Rocha Magno
Carlos Alberto Simas Magalhães
Dante Coelho de Lima
Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
Maurício Roberto Oswald Vieira
Roberto Teixeira de Mesquita
Romero Cabral da Costa Filho
Sérgio Sanginito Novaes da Silva
Rubem Antônio Corrêa Barbosa

PROGRAMAS

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA (*)

PORTRUGUÊS

A prova de Português tem a duração de quatro horas e meia e consta das seguintes partes:

- A) **Redação** sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras.
- B) **Resumo** de textos, objetivando atender a exigências de síntese e estilo.
- C) **Literatura**: dissertação relativa às características dos principais movimentos literários em língua portuguesa, com a extensão de 150 a 200 palavras.

Gramática

- 1) **Fonética**: Distingção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) **Morfologia**: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) **Sintaxe e Estilística**: Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) **Semântica**: Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.

(*) Provas de Seleção Prévia relativas ao Exame Vestibular realizado entre novembro de 1973 e março de 1974.

Literatura

Caracterização dos movimentos literários:

- 1) Classicismo e Neoclassicismo
- 2) Barroco
- 3) Romantismo
- 4) Realismo, Naturalismo e Parnasianismo
- 5) Simbolismo
- 6) Modernismo

FRANCÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês têm, cada uma, a duração de quatro horas e meia e constam de duas partes:

- A) **Redação** sobre tema de ordem geral, com a extensão de no mínimo 400 palavras.
- B) **Versão** de um ou mais textos em português corrente ou literário.

FRANCÊS

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.

Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.

Formas e sintaxe:

- dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
- dos adjetivos qualificativos.
- dos adjetivos numerais.
- dos pronomes pessoais.
- dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
- dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
- dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
- dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
- dos pronomes relativos.
- dos advérbios.
- das preposições e das conjunções.
- do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos compostos, emprego dos artigos.

Adjetivos.

Numerais.

Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

Advérbios (formas, colocação, emprego).

Preposições e conjunções.

Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprego das formas verbais.

Verbos compostos (expressões verbais).

Construção da frase e colocação das palavras.

Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

Observações: Na correção da redação e da versão são levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos; ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam *et*, *ou*, *mais* e *and*, *or*, *but*; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetações: características dos grandes eco-sistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
 - 1.1. as terras áridas.
 - 1.2. as florestas e savanas tropicais.
 - 1.3. as terras mediterrâneas.
 - 1.4. as florestas e os campos das latitudes médias.
 - 1.5. as florestas boreais e as terras polares.
 - 1.6. as terras montanhosas.

2. O homem e suas atividades.
 - 2.1. A distribuição mundial da população e seus fatores.
 - 2.2. A mobilidade da população; o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
 - 2.3. O desenvolvimento da agricultura; condições naturais e culturais.
 - 2.4. Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
 - 2.5. Condições geográficas, características e distribuição do desenvolvimento industrial moderno.
 - 2.6. As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
 - 2.7. O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) Os grandes conjuntos regionais

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) O Brasil

1. O quadro natural:
 - 1.1. Características gerais e principais unidades morfoestruturais do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
 - 1.2. Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas e suas relações com a ocupação humana.

2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população. O potencial humano do país.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastorais.
4. A atividade industrial: características e distribuição espacial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1.^a Parte:

1. **O Descobrimento do Brasil:** As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características de sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima européia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. **O Período Pré-Colonizador:** O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
3. **O Brasil colonial — Política e Administração:** As capitâncias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
4. **O Brasil colonial — Economia:** A economia agrária: a agroindústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
5. **O Brasil colonial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-

- de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
6. **A integração territorial:** A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. Papel de Alexandre de Gusmão. As repercussões no Brasil da política portuguesa e européia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.
7. **A evolução da Independência:** A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2.^a Parte:

8. **O Brasil imperial — Política e administração:** A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
9. **O Brasil imperial — Economia:** A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização européia.
10. **O Brasil imperial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura; os centros culturais e sua repercussão na vida social.
11. **O Brasil imperial — Política externa:** O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

12. **O advento da República:** As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3.^a Parte

13. **O Brasil republicano — Política e administração:**
- A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.
 - A Segunda República (a partir de 1930)** — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
14. **O Brasil republicano — Economia:**
- A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.
 - A Segunda República (a partir de 1930): industrialização.** A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. O programa das metas. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
15. **O Brasil republicano — Sociedade e cultura:**
- A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.
16. **O Brasil republicano — Política externa:**
- A Primeira República (1889-1930)** — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos

até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americанизmo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

- b) **A Segunda República** (1930-1950) — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.^a Parte:

1. As principais potências europeias no século XVIII e sua política exterior. A península ibérica.
2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.
3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.
6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2.^a Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
17. A elaboração da paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tchecoslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.

25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coréia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.
26. O mundo, de 1955 a 1965. Problemas econômicos. Principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.^a Parte

27. As colônias europeias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
28. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
29. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
30. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
31. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
32. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
33. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da boa vizinhança. O Canadá.
34. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
35. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
36. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

37. A América, de 1955 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO

Normas gerais

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A Constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a eqüidez. Condenação do abuso do direito.

Direito Civil

10. Direito Civil: conceito — Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio.
14. Dos bens; principais classificações.
15. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos; os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.

16. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
17. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
18. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
19. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
20. O Direito das Obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
21. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
22. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
23. Regime de bens.
24. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio Poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
25. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
26. A sucessão legítima. Representação.
27. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
28. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdacões; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

Direito Comercial

29. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação.
30. Comerciante: o nome comercial.
31. Comerciante: pessoa física e jurídica.

32. Nacionalidade das sociedades comerciais.
33. Sociedade em nome coletivo: características.
34. Sociedade em comandita simples, de capital e indústria e em conta de participação: características.
35. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada: características.
36. Sociedade por ações: sociedades anônimas e sociedade em comandita por ações: características.
37. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.
38. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão de navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.
39. Princípios gerais sobre falências e concordatas.
40. Nacionalidade do navio e da aeronave.
41. Empresas de depósito.

Nota — Os textos das provas encontram-se em **Anexos** — pág. 103.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (C.P.C.D.)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de freqüência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em setores. O plano de estudos do C.P.C.D. figura no quadro da página 43.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada setor:

Português e Comunicação Profissional — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. Esta disciplina, ministrada no 1.^º ano do Curso, além de reger-se pelo sistema de conhecimentos do idioma sob os aspectos normativos e estilísticos, está estritamente harmonizada com a Cadeira de Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E., enfatizando-se o estilo de correspondência oficial do Itamaraty.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. As aulas são dadas, parte em conjunto, e parte em turmas selecionadas de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho. Critérios de formação profissional orientam, igualmente, os cursos de Francês e Inglês.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1.^º período do 1.^º ano, três disciplinas de caráter nitidamente profissional: Geografia Política e Econômica, Política Internacional e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2.^º período do 1.^º ano correspondem as Cadeiras de Política Internacional e Pensamento Político Contemporâneo, matérias dadas nos dois períodos. Finalmente, no decorrer do 2.^º ano, são ministradas aulas de Política Internacional, no 1.^º e no 2.^º períodos. A matéria História das Relações Exteriores do Brasil passará a ser ministrada no 1.^º período do 2.^º ano, a partir de 1975.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1.^º ano, ensinamentos de Direito Comercial (1.^º período) e de Direito Constitucional e Instituições Políticas (2.^º período). No 2.^º ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, o estudo parecia indicar uma certa ênfase no aspecto teórico da matéria. Nestas condições, decidiu-se que mais valeria dedicar um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos. Esta matéria, ministrada nos dois períodos do 2.^º ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2.^º ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se enfatizar o enfoque profissional e interdisciplinar do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as Cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

C.P.C.D. — PLANO DE ESTUDOS

SETORES	EXAME VESTIBULAR	C. P. C. D.		
		1º Ano	II Período	I Período
Línguas	Português	Português e Comunicação Profissional	Português e Comunicação Profissional	Francês Inglês
	Francês Inglês	Francês Inglês	Francês Inglês	Francês Inglês
Política	Geografia (Sistematica Regional e do Brasil) História Mundial (e das Américas) História do Brasil	Geografia Política e Económica Política Internacional Pensamento Político Contemporâneo	Política Internacional Pensamento Político Contemporâneo	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado
Direito	Direito	Direito Comercial	Direito Constitucional e Instituições Políticas	Economia Problemas Económicos Contemporâneos
Economia		Economia	Economia	Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.
Orientação Profissional				Problemas Económicos Contemporâneos Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.

Prêmios

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1.º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro "Prêmio Rio-Branco" e no 2.º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva" constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

AULA INAUGURAL DO C.P.C.D.

Como tem sido de praxe, as aulas inaugurais do C.P.C.D. vêm sendo ministradas por vultos de projeção na política, na administração, no magistério e na diplomacia brasileira.

Em 1974, coube ao Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ex-Governador do Estado do Amazonas, fazer proveitosa e interessante explanação sobre: "A Amazônia no processo de desenvolvimento brasileiro".

ANO LETIVO — 1974

Em 1974, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 5 de março e terminou a 14 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1.º Ano

- 1.º período — 1 de abril a 12 de julho
2.º período — 12 de agosto a 14 de novembro, seguido das provas finais.

2.º Ano

- 1.º período — 5 de março a 5 de julho
2.º período — 5 de agosto a 31 de outubro, seguido das provas finais.

Por determinação do Senhor Ministro de Estado, o ano letivo do 2.º ano do C.P.C.D. foi encerrado a 6 de novembro, tendo sido compensada a redução do período letivo com a intensificação das aulas semanais.

1.º ANO

Corpo Docente

Pelas Portarias n.ºs 3 e 6, respectivamente de 30 de janeiro e 11 de setembro de 1974, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Português e Comunicação Profissional

Secretários Márcio Fortes de Almeida (1.º período) e Adhemar Gabriel Bahadian (2.º período)

Francês

Professores André Selon e Daniel Benson

Inglês

Professor Kenneth James Payne

As bancas examinadoras das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras e pelos diplomatas Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva — Inglês, e Secretário Raphael Vicentino Sobrinho — Francês.

POLÍTICA

Geografia Política e Econômica

Professora Bertha Koiffmann Becker

Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira

Assistentes: Professores Alberto Venâncio Filho e Antônio Estevam de Lima Sobrinho

Política Internacional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

ECONOMIA

Economia

Professor Alfredo Baumgarten Júnior

DIREITO

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional e Instituições Políticas

Professor Armando de Oliveira Marinho

Corpo Discente

Cursaram o 1.º período do 1.º ano os 22 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de novembro de 1973 a março de 1974 e 1 aluno que, por motivo de saúde, havia trancado a matrícula no ano anterior. No 2.º período este aluno pediu desligamento do Curso.

Seguem abaixo, relacionados por ordem de classificação, os 22 componentes da turma:

Antônio José Vallim Guerreiro
Carlos Alberto Simas Magalhães
Maria Stela Santos Pompeu Brasil
Ruy Carlos Pereira
Ernesto Otto Rubarth
Marcos Caramurú de Paiva
Renan Leite Paes Barreto
Régis Percy Arslanian
Fernando Augusto Ferraz Muggiati
Dante Coelho de Lima
Eduardo dos Santos
Raymundo Santos Rocha Magno
Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
Roberto Teixeira de Mesquita
Cezar Augusto Amaral
Maurício Roberto Oswald Vieira
Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
Sergio Sanginito Novaes da Silva
Marcelo Roberto Soares Novaes
Américo Dyott Fontenelle
Rubem Antônio Corrêa Barbosa
Romero Cabral da Costa Filho

2.º ANO

Corpo Docente

Pela Portaria n.º 3, de 30 de janeiro de 1974, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Francês

Professores Daniel Harold Benson e André Selon

Inglês

Professor John Mulholland

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras e pelos diplo-

matas: Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva — Inglês, e Secretário Raphael Valentino Sobrinho — Francês.

POLÍTICA

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

ECONOMIA

Economia

Professor Moacyr Antônio Fioravante

Problemas Econômicos Contemporâneos

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

DIREITO

Direito Internacional Público

Professor Celso Duvivier de Albuquerque Mello (1.º e 2.º períodos) e Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches (2.º período)

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e Hilton Rios, (assistente)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Corpo Discente

A turma que concluiu o C.P.C.D. foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Roberto Pires Coutinho

Edson Marinho Duarte Monteiro

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta

João Carlos de Souza Gomes

Carlos Eduardo Botelho da Silva

Eduardo Prisco Paraíso Ramos

João Zicardi Navajas

Mauro Luiz Lecker Vieira
 Carlos Alberto Lopes Asfora
 José Maria de Carvalho Coelho
 Piragibe dos Santos Tarragô
 Antônio Fernando Cruz de Mello
 Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
 Moira Aparecida Shouler
 José Eduardo Martins Felício
 Maria da Graça Nunes Carrion
 Francisco José Alonso Velloso Azevedo
 Vitor Cândido Paim Gobato
 Márcio Araújo Lage

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos Roberto Pires Coutinho — medalha de ouro, 1.º lugar, e Edson Marinho Duarte Monteiro — medalha de prata, 2.º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 595 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

Conferências

No quadro da programação didática, prevista para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram realizadas as seguintes conferências:

- "Cristianismo e Diplomacia" — Doutor Eduardo Prado de Mendonça, Diretor do Departamento de Filosofia da UFRJ.
- "Atividades do Departamento Cultural" — Ministro João Frank da Costa.
- "Income Distribution" — Professor Markos J. Mamalakis, da Universidade de Yale.
- "O Mundo Soviético" — Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto.
- "Relações Brasil-Costa do Marfim" — Monsieur Seydou Diarra, Embaixador da Costa do Marfim.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1.º Ano

PORTUGUÊS E COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL

O programa da Cadeira consiste em intensa atividade redacional.

Através de um sistema objetivo de constante atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos de gramática e literatura que os alunos já demonstraram no Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, tenciona-se fazer com que estejam naturalmente aptos a se expressarem de modo claro, correto e fluente em língua portuguesa.

Os exercícios de redação são realizados de modo a familiarizar os alunos com o adequado emprego dos recursos da língua portuguesa não só para a expressão literária, como também, e sobretudo, para manifestações técnicas e profissionais. Consistem tais exercícios na composição de textos e na realização de resumos e de revisões, atendendo a exigências de síntese ou de estilo.

Especificamente, são aferidos e revistos conhecimentos dentro dos seguintes pontos:

Gramática

- 1) **Fonética e Fonologia:** Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.

- 2) **Morfologia:** Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) **Sintaxe e Estilística:** Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) **Semântica:** Sinônimos e antônimos; Sentido próprio e figurado. Comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) **Versificação:** Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.
- 6) **História da Língua:** O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução; latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANCÊS E INGLÊS (1.^º e 2.^º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) Compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
política
política internacional
direito internacional
economia
cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

- Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.
- Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Bravo.

Prática de exercícios tais como:

sumário de exposições
sumário de leituras
versão
exposição
debate
redação de correspondência.

- Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sinalizadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

GEOGRAFIA POLÍTICA

1. Geografia e Política

- 1.1. Natureza da Geografia e sua contribuição ao estudo das Relações Internacionais.
- 1.2. Relações entre a Política dos Estados e ambiente geográfico. Tomada de decisão e ambiente geográfico. Poder Nacional e fatores geográficos.
- 1.3. Geografia política e Geopolítica.
- 1.4. Fundamentos geográficos do Poder Nacional. Significância do Território: dimensão, forma e posição; fronteiras e limites.
- 1.5. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional: O potencial natural e humano do espaço; a capacidade produtiva; a estrutura do espaço.
- 1.6. Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Poder terrestre, marítimo e aéreo.

- 1.7. Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas do Mundo Contemporâneo. Centro de poder e suas esferas de influência. Zonas de atrito.
- 1.8. Desigualdades internacionais do desenvolvimento. Teoria do desenvolvimento polarizado. Centros e periferias do mundo atual.

2. O Brasil na América Latina

- 2.1. Posição da América Latina no sistema espacial mundial. Características formais do espaço latino-americano.
- 2.2. O modelo de desenvolvimento regional da América Latina. Etapas de organização do espaço.
- 2.3. O potencial natural e o potencial humano.
- 2.4. A organização do espaço e os recursos efetivos da América Latina. Organização e produção industrial; organização urbana; organização e produção agrária.
- 2.5. Padrões de transporte e de comércio na América Latina.
- 2.6. A diversidade regional: América do Caribe, dos Andes e do Prata. O Brasil.
- 2.7. A estrutura espacial da América Latina: disparidades regionais do desenvolvimento.
- 2.8. Perspectivas de integração espacial, nacional e continental. Políticas e estratégias de desenvolvimento espacial.

TRABALHOS DISCENTES

1. Leituras para Debate

- Man-environment relationships in International Politics. Harold and Margaret Sprout.
- The geographical Background of the Jordan Water Dispute. Moshe Brawer.
- Hipóteses Geopolíticas sobre o Poder Mundial. Saul Cohen, caps. 2 e 3.
- Teoria do desenvolvimento polarizado. John Friedmann.

2. Pesquisa Individual

- 2.1. levantamento bibliográfico.
- 2.2. elaboração de documento sobre temas a serem estabelecidos.
- 2.3. apresentação dos resultados em seminário.

PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Pensamento Político Universal

1. Ciência Política: Conceito e escopo.
2. Política como ramo próprio do saber universal. "Real-politik" e Razão de Estado.
3. Revolução e reação. Dialética e idéia nacional.
4. Os grandes temas da democracia.
5. As fontes do marxismo.
6. O pensamento liberal.
7. Interrelação entre fatores ideais e reais. Sociologia política.
8. A "revisão leninista" do marxismo. O conceito de Imperialismo.
9. Sociologia do conhecimento. Ideologia e Utopia.
10. As teorias elitistas do poder.
11. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos à análise política.

POLÍTICA INTERNACIONAL

1º Semestre

1. O fenômeno político: caracterização pela sua estrutura e pela especificidade do seu "continuum". Os modelos heurísticos e os modelos previsionais.
2. A Ciência Política e as Ciências da Política: conteúdo e interrelações funcionais. Posição epistemológica da Política Internacional. A interpretação e a previsibilidade nas relações internacionais.

3. O objeto da Política Internacional e as posições e oposições metodológicas: a) o processo decisório; b) a análise de sistemas; c) a integração; d) o functionalismo; e) o estrategismo; f) o realismo; g) o ideologismo e o anti-ideologismo; h) o idealismo. O impacto do psicologismo nas relações internacionais.
4. Os indicadores político-internacionais: Produto Econômico Bruto e Produto Político Bruto — sincronia e diacronia na sua evolução. A busca da moeda política no "pós-guerra fria". A Capacidade Econômica Líquida e a Capacidade Política Bruta. Desenvolvimento político e desenvolvimento econômico: interrelação dialética.
5. Os modelos conceituais e o seu conflito operacional na dinâmica super-coerção versus policentrismo de subsistemas. As estratégias de reducionismo conciliatório: autoritarismo distributivista e concentracionismo consensual. Liberalismo, realismo, marxismo e paramarxismo na filosofia e na ação internacional contemporânea.
6. Integração política e integração econômica: a unidade informacional, o efeito-demonstração econômico e político e a concentração supranacional do poder. As consequências internacionais do poder inflacionário transnacional.
7. A diplomacia como estratégia: convicção e responsabilidade. Os ciclos "armamentismo-desarmamentismo" nos planos ideológico, militar e econômico.

2º Semestre

Problemas Contemporâneos Selecionados

1. As transformações do bipolarismo a partir de 1953.
2. A liquidação dos conflitos asiáticos:
 - a) O armistício coreano;
 - b) O problema da Indochina: transformações endógenas e consequências exógenas;
 - c) Avaliação global da nova posição diplomático-militar do Sudeste Asiático.
3. O caso de Chipre: as constelações diplomáticas em presença e a sua evolução.

4. A França na África do Norte:
 - a) O abandono dos protetorados;
 - b) O problema argelino.
5. A Conferência de Bandoeng.
6. O problema alemão na dinâmica da nova bipolaridade entre 1953 e 1956:
 - a) As crises do "quadripartitismo";
 - b) A retomada de contatos em 1953-1954;
 - c) A cristalização estagnacionista (o malogro da Comunidade Européia de Defesa, os Acordos de Londres e de Paris, de outubro de 1954, as inflexões soviéticas e as Conferências de Genebra de julho e de novembro de 1955).
7. As crises do mundo socialista:
 - a) A desestalinização;
 - b) A rebelião dos satélites.
8. As novas tensões de 1956 a 1963:
 - a) O caso de Suez;
 - b) As perturbações periféricas (a doutrina Eisenhower, as crises dos países árabes, o ressurgimento da crise de Chipre e a Independência da Argélia).
9. O problema africano:
 - a) A África do pós-guerra;
 - b) A crise congolesa (etapas da independência, e a ação das Nações Unidas).
10. As oscilações conjunturais e estruturais das Nações Unidas:
 - a) O problema do Secretariado;
 - b) A questão financeira;
 - c) As pressões anticoloniais.
11. As Revoluções na América Latina, de 1956 a 1963:
 - a) As singularidades continentais;
 - b) A crise internacional do outono de 1962.
12. A Ásia das Monções de 1956 a 1963, as contradições locais:
 - a) A Coréia;
 - b) As Filipinas;

- c) As dificuldades da Índia;
d) O Laos.
- 13. As relações entre as Grandes Potências entre 1956 e 1963:
 - A) A diplomacia voluntarista da França:
 - a) A nota de 24 de setembro de 1958;
 - b) A posição francesa no Mercado Comum Europeu;
 - c) O Tratado Franco-alemão de 22 de janeiro de 1963.
 - B) A ascensão de Kruschev:
 - a) A evolução interna da União Soviética;
 - b) As crises externas.
- 14. A Era Kennedy:
 - a) O significado internacional da eleição presidencial norte-americana de 1960;
 - b) Os problemas internos;
 - c) A política externa de Kennedy: suas tradições concretas.
- 15. O pós-guerra fria, bipolarismo e policentrismo: De Johnson a Nixon e de Kruschev a Brejnev: o meio político intra-social nas Superpotências e seus corolários extra-sociais.
- 16. Os problemas da Aliança Atlântica e de construção européia:
 - a) A posição britânica;
 - b) As oposições francesas;
 - c) As controvérsias atlânticas.
- 17. A questão vietnamita.
- 18. A questão chinesa:
 - a) A situação interna;
 - b) O conflito sino-soviético;
 - c) A abertura externa chinesa.
- 19. A questão da Tchecoslováquia.
- 20. As novas estruturas do poder político-internacional entre a crise energética e a "nova liquidez" financeira e diplomática do Oriente Médio.

- 21. O "modelo Kissinger":
 - a) Fontes inspiradoras;
 - b) Relativismo e ecumenismo diplomático;
 - c) tensões preventivas e "a posteriori";
 - d) Diplomacia aberta versus negociação secreta;
 - e) O "Novo Diálogo Kissinger" e a América Latina.
- 22. Desenvolvimento político e desenvolvimento econômico: interrelação dialética:
 - a) As limitações à ação econômica das Nações Unidas;
 - b) Moeda política e moeda econômica;
 - c) "Stagflation", "defla-desenvolvimento" e "growflation".

ECONOMIA

1.º Período

I — O Funcionamento do Sistema Econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — Análise Microeconômica

- 1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.
- 2. Teoria do Consumidor:
 - 2.1. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
 - 2.2. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.

3. Teoria da Produção:

- 3.1. Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. As curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementaridade e substituição.
- 3.2. As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e de longo prazo. A curva de oferta da firma.
4. A formação dos Preços dos Bens:
 - 4.1. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
 - 4.2. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
 - 4.3. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo "teia de aranha" na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
 - 4.4. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
 - 4.5. O oligopólio e a concorrência monopolística.
 - 4.6. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação antitruste. Legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
5. Preços dos Fatores de Produção:
 - 5.1. A procura de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.
 - 5.2. Salários concorrentiais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional do salário-mínimo. A negociação coletiva.
 - 5.3. Juro e Capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
 - 5.4. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
 - 5.5. A renda da terra. A teoria de Ricardo.
6. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social.

2.º Período

I — Contabilidade Nacional

1. Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.
2. Sistemas de Contas Nacionais.
 - 2.1. Economia fechada sem governo.
 - 2.2. Economia fechada com governo.
 - 2.3. Economia aberta com governo.
3. Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
4. Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.
5. Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros

II — Moeda e Política Monetária

1. Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
2. O papel dos bancos na criação de moeda.
3. Bancos Centrais.
4. Estrutura do sistema monetário no Brasil.
5. Exame das contas monetárias no Brasil.
6. Instrumentos de política monetária. Redesccontos, recohimentos compulsórios, etc.

III — Análise Macroeconômica

1. Introdução.
2. Teoria Neo-clássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1. Lei de Say.
 - 2.2. Função de produção a curto prazo.
 - 2.3. Mercado de trabalho.
 - 2.4. Teoria quantitativa da moeda.
 - 2.5. Modelo neo-clássico simplificado.
 - 2.6. Mecanismo cumulativo de Wicksell.
 - 2.7. Modelo neo-clássico completo.

3. Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 3.1. Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.
 - 3.2. Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.
 - 3.3. Teoria de preferência pela liquidez.
 - 3.4. Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.
 - 3.5. Teoria keynesiana do investimento.
 - 3.6. Derivação gráfica das curvas IS e IM.
 - 3.7. Modelo keynesiano completo.
 - 3.8. Política anticíclica.

IV — Política Fiscal

1. O papel do Governo no sistema econômico.
2. Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
3. Efeitos econômicos da tributação.
4. Despesa pública. Classificação e efeitos.
5. Orçamento público.
6. Política fiscal anticíclica.
7. Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO COMERCIAL

1. Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.
2. Mercado de Capitais.
3. Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.
4. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras.
5. A arbitragem comercial.
6. A compra e venda no comércio internacional.
7. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.

8. Operações cambiais: importação, exportação.
9. Repasse de empréstimos obtidos no Exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução n.º 289, da SUMOC).
10. Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

Observações

- 1 — **Prática** — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 2 — **Trabalho de equipe** — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.
- 3 — **Direito Comparado** — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 4 — **Visitas** — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

1. Introdução propedêutica ao estudo do Direito Constitucional e das Instituições Políticas. Ciência Política e Direito Constitucional. O dado conceitual e a metodologia de estudo.
2. Evolução das Instituições Políticas. Sua problemática contemporânea, os processos de modernização: funcionalidade, integração e centripetismo.
3. O controle do Estado, a participação popular, o consenso e a representatividade. Os partidos políticos e os grupos de pressão.
4. Os modelos políticos contemporâneos e a Estrutura do Poder. As funções do Estado e a dinâmica do Poder.
5. O federalismo brasileiro, sua evolução, seu enfoque atual.

6. O constitucionalismo brasileiro. Suas principais características. Sua posição no quadro político-institucional da América Latina.
7. Evolução do constitucionalismo brasileiro. Suas principais construções.
8. A Constituição de 1824 e o Ato Adicional. Sua influência na formação da unidade nacional.
9. As Constituições republicanas como processo evolutivo do aprimoramento institucional.
10. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo. A concepção política e a instrumentação jurídica da segurança nacional.
11. A organização nacional. A União, os Estados e os Municípios. O sistema tributário. Orçamento e fiscalização financeira.
12. O Poder Executivo. Suas transformações e sua posição atual.
13. O Poder Legislativo, o processo legislativo e suas transformações. Sua posição atual.
14. O Poder Judiciário. O papel do Supremo Tribunal Federal na estrutura política brasileira.
15. Direitos e garantias individuais.
16. A ordem econômica e social.

2.º Ano

FRANCÊS E INGLÊS (*)

POLÍTICA INTERNACIONAL

1.º Período

I — Introdução

1. Política Internacional. Conceito. Autonomia. Relações com as demais ciências.
2. Fontes. Sistemática. Relações com o direito internacional.

(*) Vide 1.º ano, pág. 52.

3. Teorias contemporâneas sobre política internacional: idealismo e realismo; "power politics, behavioral approach". Teoria dos jogos.

II — O Estado Nacional:

4. O Estado Nacional. Surgimento do Estado moderno. Formação de Estados.
5. Nação e nacionalidade. A doutrina das nacionalidades.
6. Autodeterminação.
7. Soberania.
8. Imperialismo. Colonialismo e neo-colonialismo.

III — O Poder Nacional:

9. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
10. A Segurança Nacional.
11. Elementos constitutivos do poder nacional. Geopolítica. Os fatores geográficos. O Território. Poluição do meio ambiente.
12. O mar. Largura do mar territorial. Aspectos políticos, econômicos e jurídicos.
13. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios. Controle da natalidade.
14. Recursos naturais. Alimentação. Produtos de base. Matérias-primas.
15. Fontes de energia. Petróleo, carvão, eletricidade e energia nuclear.
16. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento. Cooperação internacional.
17. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
18. Fatores militares.
19. O elemento humano e o poder nacional. Chefia e liderança. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o povo.
20. A diplomacia e o poder nacional.

IV — Limitações ao Poder Nacional:

21. Limitações ao poder nacional na ordem interna e na internacional. Controle parlamentar.

22. Equilíbrio de poderes. Bipolarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
23. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
24. Moral internacional e opinião pública mundial. Papel da ideologia.
25. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — Diplomacia:

26. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia. Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad-hoc*.
27. Evolução da instituição diplomática. Na antigüidade e na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
28. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria nos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.
29. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado, Chefes de governo e Ministro das Relações Exteriores.
30. Planejamento da política exterior.
31. Diplomacia de prestígio e o ceremonial diplomático.
32. Atribuições diplomáticas.
33. A instituição consular.

VI — Técnicas de Política Internacional:

34. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
35. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não alinhados.
36. Intervenção e não intervenção.
37. Técnica revolucionária. Terrorismo. Combate ao terrorismo. O problema no âmbito interamericano.
38. Propaganda e diplomacia pública.

VII — Litígios Internacionais:

39. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.

40. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.
41. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
42. Sanções e medidas coercitivas.
43. A Guerra e a política internacional. O problema de unidade da política externa.
44. Guerra total. Guerra revolucionária. Guerra fria.
45. Desarmamento.

VIII — Formulação e Execução da Política Exterior:

46. Determinação da política exterior. Planejamento.
47. Política exterior do Brasil. Os objetivos nacionais no panorama internacional.
48. Relações do Brasil com os países da América Latina.
49. Relações do Brasil com os Estados Unidos.
50. Relações do Brasil com a Europa.
51. Relações do Brasil com a Ásia.
52. Relações do Brasil com a África.
53. O Brasil e as Nações Unidas.
54. O Brasil e a OEA.

2.º Período

I — Organizações Internacionais

1. A organização jurídica da comunidade internacional. Apreciação histórica. Diplomacia bilateral e multilateral.
2. Organizações intergovernamentais e não governamentais. Classificação dos organismos internacionais.
3. Evolução histórica. As grandes conferências dos séculos XIX e XX. As comissões fluviais e as uniões administrativas.
4. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
5. A experiência da Sociedade das Nações. O Brasil e a Sociedade das Nações.
6. A 2.ª Guerra Mundial. A Carta do Atlântico, Dumbarton Oaks e Chapultepec.

II — As Nações Unidas

7. A Conferência de São Francisco e a Carta das Nações Unidas.
8. Composição, estrutura e funcionamento das Nações Unidas.
9. A Assembléia-Geral.
10. O Conselho de Segurança.
11. O Conselho Econômico e Social.
12. Os territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela.
13. A Corte Internacional de Justiça.
14. O Secretariado.
15. Propósitos e princípios das Nações Unidas. A igualdade soberana dos Estados e a autodeterminação. O dever de não-intervenção.
16. Solução pacífica de controvérsias.
17. Sistema de segurança coletiva. As Nações Unidas e a força internacional. As sanções internacionais.
18. Desarmamento.
19. Codificação do direito internacional.
20. As Nações Unidas e os direitos humanos.
21. O problema do desenvolvimento. A UNCTAD.
22. Limitações às funções da Carta: jurisdição doméstica, legítima defesa e os ex-Estados inimigos.
23. Revisão à Carta. Emendas.
24. O Brasil e as Nações Unidas.

III — Os Organismos Especializados

25. Os Organismos Especializados antes e depois da Carta das Nações Unidas.
26. A Organização Internacional do Trabalho (ILO).
27. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).
28. UNESCO. Organização Mundial de Saúde.
29. ICAO e IMCO.
30. União Postal Universal (UPU), União Telegráfica International (ITU) e Organização Meteorológica International (IMO).

31. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BANK) e o Fundo Monetário International (FUND).
32. Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).
33. GATT e UNCTAD.
34. Os produtos de base. A Organização International do Café.
35. Os Organismos não-governamentais.

IV — Os Sistemas Regionais

36. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
37. O sistema interamericano. O pan-americanismo.
38. Organização dos Estados Americanos. A Carta da OEA.
39. Estrutura e funcionamento da OEA.
40. ALALC. O Pacto Andino e os países da Bacia do Prata.
41. O sistema Centro-Americanano.
42. Revisão da Carta da OEA.
43. O Brasil e a OEA.
44. A Liga Árabe.
45. A Comunidade Européia. Histórico. Conselho da Europa.
46. Benelux e o Mercado Comum Europeu. A EFTA.
47. A Comunidade Européia do Carvão e do Aço e a Euratom.
48. A Corte de Justiça das Comunidades Européias e os direitos humanos.
49. COMECON.
50. Organização da Unidade Africana.

V — Os Sistemas Regionais de Defesa

51. O artigo 51 da Carta das Nações Unidas e a legítima defesa individual e coletiva. Os tratados bilaterais de defesa.
52. O Tratado do Rio de Janeiro.
53. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
54. Pacto de Varsóvia.
55. SEATO, CENTO e ANZUS.
56. Posição atual. China e Japão — SALT.

ECONOMIA

I — Desenvolvimento Econômico

1. Medidas do Desenvolvimento e Crescimento Econômico — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.
2. Estágios do Desenvolvimento Econômico — Sociedade Tradicional — Pré-Condições — Arranco.
3. Fatores do Crescimento Econômico — O Papel da Acumulação de Capital — a relação Capital/Produto — Recursos Humanos e Educação.
4. Teorias do Crescimento Econômico — Ricardo — Harrod/Domar — Modelos Neoclássicos — Crescimento equilibrado x Crescimento desequilibrado.
5. Inflação e Desenvolvimento.
6. Ajuda externa e comércio exterior.
7. Industrialização e agricultura.
8. Desenvolvimento brasileiro.

II — Comércio Internacional

1. Balanço de Pagamentos — estrutura e análise.
2. Teoria pura do Comércio Internacional — Vantagens Comparativas — Termos de troca.
3. Taxa de Câmbio — Mecanismo de determinação — Paridade do Poder de Compra — Efeitos da desvalorização.
4. Tarifas aduaneiras — Protecionismo x Integração Econômica.
5. O comércio exterior brasileiro.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. Os conflitos internacionais de interesse e o desenvolvimento econômico. A diplomacia econômica: tendências e estratégias básicas.
2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: os Governos e o setor privado — cooperação e conflito.
3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década dos 60. As transformações econômicas institucionais das relações internacionais nos anos 70: avaliação e prospectiva.

II — Os Espaços Econômico-Constitucionais e a Economia Internacional

4. As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira e união econômica e suas diferentes graduações.
5. A teoria econômica e a integração: análise dos efeitos-desvio e dos efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeito terciário) e o teorema de Lipsey e Lancaster. A integração das economias dos países em desenvolvimento: as análises de Gunnar Myrdal e de Henri Bourguinat.
6. A integração européia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
7. As Comunidades Européias: estrutura institucional e dinâmica político-econômica. Estratégias e problemas fundamentais da Comunidade Econômica Européia: o desarmamento aduaneiro e o protecionismo não-tarifário, o pacto agro-industrial franco-alemão e a Comunidade ampliada, a política agrícola comum. A Comunidade Européia e os problemas monetários: a harmonização de políticas nacionais.
8. A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos da América: o contencioso comercial e o contencioso monetário. A Comunidade Econômica Européia e os países em desenvolvimento: estudo de caso das posições da África e da América Latina.
9. Formação e transformações da Zona Européia de Livre Comércio.
10. O Bloco Socialista e as suas técnicas de comércio exterior. O Comércio Leste Europeu-Ocidente: Sistema de preços, conversibilidade e moeda-convênio, operações de arbitragem, "report" e "deport". O COMECON: análise do seu significado político e operacional-integrativo. As "empresas transideológicas".

III — O Sistema Monetário Internacional e o Desenvolvimento Econômico

11. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
12. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional. Funções do Fundo Monetário Interna-

- cional: o Código de boa conduta, operações de assistência financeira, assistência técnica aos países membros.
13. As paridades de câmbio: o princípio da fixação das paridades iniciais, as margens de flutuação e o acordo sobre as desvalorizações, no Fundo Monetário Internacional.
 14. A conversibilidade monetária e as transações em ouro: a supressão das restrições sobre as operações correntes e as obrigações dos membros do Fundo Monetário Internacional nas operações no mercado do ouro.
 15. Os movimentos de capital a longo prazo e os movimentos erráticos de capital. Os fluxos de capitais e as taxas de juros. Taxas de longo prazo versus taxas de curto prazo. Os fluxos de capitais e o euromercado.
 16. O Fundo Monetário Internacional e o problema da liquidez internacional. Os planos de reforma do Fundo Monetário Internacional: o Comitê dos 20. O acréscimo da liquidez internacional: os direitos especiais de saque e a sua compatibilidade com as moedas internacionais de reserva e com o ouro.
 17. O ajustamento do balanço de pagamentos e a repartição internacional do seu ônus.
 18. A lógica monetária e o crescimento contemporâneo. Tempo econômico e "tempo financeiro internacional" (posição de Henri Guitton).

IV — Política Comercial Internacional

19. O equilíbrio entre o princípio de base do liberalismo e as suas exceções. A Carta de Havana e o GATT: antecedentes e problemas básicos.
20. O princípio da não-discriminação: a cláusula da nação mais favorecida e o tratamento nacional das importações. A aceitação dos regimes preferenciais. A não-reciprocidade para os países em desenvolvimento: a IV parte do Acordo Geral e o Kennedy Round.
21. O GATT e a redução dos direitos alfandegários: consolidação das concessões tarifárias, a técnica linear e a negociação produto por produto, os obstáculos para-tarifários e não-tarifários. Apreciação crítica do Kennedy Round. Avaliação preliminar das negociações de 1973. A eliminação das restrições quantitativas.

22. As carências do GATT: a agricultura, as relações Leste-Oeste e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

V — Financiamento Internacional do Desenvolvimento

23. O falso dilema: ajuda versus comércio. Inter-relação funcional entre ajuda ao comércio e ajuda ao desenvolvimento. Ajuda intergovernamental e investimento direto externo: complementariedade ou substituição? (a tese de Kindleberger). A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Relatório Pearson.
24. Os mecanismos institucionais da ajuda externa: bilateralismo e multilateralismo. O Plano McNamara.
25. O Grupo do Banco Mundial: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Objetivos e características do Banco Mundial, recursos e empréstimos, assistência técnica e estudos econômicos, coordenação da ajuda ao desenvolvimento (consórcios e grupos consultivos): exame de acordos de empréstimo do Banco Mundial do Brasil e estudo dos respectivos projetos financiados.
26. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: estrutura institucional, recursos, fundos especiais, empréstimos, assistência técnica aos países membros. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a integração continental. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o mercado de capitais, zonal e extrazonal. Exame de acordos entre o BID e o Brasil.
27. A cooperação financeira bilateral: análise do esforço global. Exame de casos específicos: Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França. Exame de empréstimos ao Governo brasileiro.
28. A cooperação técnica: princípios gerais. Análise de acordos básicos e de convênios complementares. Avaliação de resultados de casos de prestação de cooperação técnica externa ao Governo brasileiro.
29. O mercado internacional de capitais: características e técnicas. Os centros financeiros do mercado internacional de capitais. O Relatório Ossola.

30. O papel dos Governos e os investimentos diretos externos: os acordos de bitributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

VI — Os Macro-desafios setoriais

31. A poluição e o crescimento demográfico. Capacidade nacional bruta e nível de emprego. O debate internacional acerca das estratégias de ação sobre a natureza e a população.
32. A crise alimentar: a evolução da produção agrícola e o deficit alimentar. O intercâmbio internacional de produtos agrícolas: análise comparativa das políticas e da dinâmica dos mercados nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A ação da FAO: o Plano Indicativo Mundial para o Desenvolvimento Agrícola.
33. O mercado mundial do petróleo e suas características até 1970: a ação dos cartéis, as oscilações de preços e as reivindicações dos países exportadores. A crise de 1970/71 e as suas consequências. Os Acordos de Teerã e de Tripoli. A crise do Oriente Médio e seu impacto nas relações comerciais entre países exportadores e importadores de hidrocarbonetos. As fontes alternativas do petróleo para suprimento energético.

VII — Comércio e Desenvolvimento na perspectiva da Integração Institucional

34. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento: instituições e ações no domínio do intercâmbio comercial, do financiamento do desenvolvimento, dos invisíveis e da transferência de tecnologia. O Plano Horowitz e a ajuda externa.
35. O sistema geral de preferências: princípios e mecanismos. Preferências generalizadas, preferências especiais e preferências inversas. As "conclusões concertadas" do Comitê Especial de Preferências do Conselho do Comércio e Desenvolvimento. As preferências generalizadas e os países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento.
36. Os acordos internacionais sobre produtos de base: principais tipos, os diversos acordos e arranjos institucionais. A reorganização do mercado internacional dos produtos agrícolas: o Plano Baumgartner-Pisani e o Kennedy Round.

VIII — Conclusões

37. A lógica do desenvolvimento e suas consequências. As resistências ao desenvolvimento. As tentativas de justificação econômica do não-desenvolvimento. Poder e desenvolvimento auto-sustentado (análise das etapas rostowianas e da complementação político-institucional pelo próprio autor). Desenvolvimento e poder, na análise de Kindleberger e Jacques Austruy. Conclusões operacionais, com ênfase no caso brasileiro.

Trabalhos práticos

- 1) Elaboração de monografias semestrais pelos alunos, sob a orientação direta do professor, sobre tópicos específicos do programa, com o objetivo de integrar a pesquisa teórica do tema aos seus aspectos diplomático-operacionais.
- 2) O Nordeste brasileiro e o setor externo: estudo de caso, com base em pesquisas teóricas e observação fatual.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem no Direito Internacional.
6. Função do Direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, n.º 7). Determinação pelo D. I. do âmbito de eficácia da norma interna.

5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. **Jus cogens**.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jus-naturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, n.º 6, da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à: a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, n.º 1, do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. **Pacta sunt servanda**.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito International da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, n.º 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.

4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928, e de Viena, 1969.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. **Treaty-making power**.
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — Competência do Estado

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.

5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — Proteção Internacional dos Direitos Humanos

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950, e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravatura e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — Responsabilidade Internacional

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — Comunicações Internacionais

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — Solução Pacífica das Controvérsias

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.

6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Artigos 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — Segurança Coletiva e Uso da Força

1. Limitações do **jus ad bellum**. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º, nº 4, da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custo e aplicação do art. 19 da Carta. Força Interamericana de Paz.
6. **Jus in bello**. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.

4. Território. Conceito e espécies. Conflitos na respectiva determinação. Antiga extraterritorialidade. Modificações territoriais.
5. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
6. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
7. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
8. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
9. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
10. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
11. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
12. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciais. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
13. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
14. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
15. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.

16. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
17. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
18. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
19. Do casamento consular.
20. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
21. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
22. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
23. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e "aparentes". Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
24. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
25. Direito marítimo e aéreo internacional.
26. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
27. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
28. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Introdução ao Estudo das Teorias da Organização

II — Administração Pública:

- a) Organização administrativa federal.
- b) O Decreto-lei 200/67 e suas alterações.

III — Ministério das Relações Exteriores

a) Organização:

1. Secretaria de Estado: estrutura e competência dos diversos órgãos.
2. Missões diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

b) Pessoal:

1. Diplomacia: legislação, deveres e funções.
2. Oficial de Chancelaria: legislação, deveres e funções.
3. Funcionários administrativos, auxiliares locais: legislação, deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação, deveres e funções.

c) Comunicações:

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a) Memorando
 - b) Exposição de Motivos
 - c) Telegrama
 - d) Instruções
 - e) Ofício
 - f) Despacho
 - g) Aviso
 - h) Nota
 - i) Carta de Chancelaria
 - j) Carta de Gabinete
 - l) Carta
 - m) Circulares

IV — A Atividade Diplomática

- a) Introdução à teoria e prática da informação diplomática.
- b) Introdução à teoria e prática da representação diplomática.
- c) Introdução à teoria e prática da negociação diplomática.

- d) O papel do Secretário de Embaixada na atividade diplomática:
 - 1. A assessoria ao chefe da Missão Diplomática: conceitos e definição do campo.
 - 2. A atividade do Secretário em organizações multilaterais.
 - 3. A atividade do Secretário como chefe ou subchefe de Setor Comercial: a diplomacia como elemento de apoio ao empresário nacional.
 - 4. O Secretário de Embaixada e seu papel como Secretário-Executivo de Delegações brasileiras.

V — A Ética Diplomática

VI — O Diplomata e seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social nacional:

- a) A identidade profissional;
- b) A eficácia diplomática;
- c) O dever profissional.

C.P.C.D.

DIPLOMANDOS DE 1974

ANTÔNIO FERNANDO CRUZ DE MELLO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. "Diplôme d'Études Françaises (2^{ème} degré)" da Universidade de Nancy.

CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA — (Estado de Pernambuco)

Cursou até a 3.^a série do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (1972). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.^º semestre).

CARLOS AUGUSTO LOUREIRO DE CARVALHO — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes" (1966). Curso de Doutorado em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968/69). Cursou até o 3.^º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores na Escola de Aeronáutica (1961). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.^º semestre). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Guanabara.

CARLOS EDUARDO BOTELHO DA SILVA — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata, 1.^º lugar. Licenciado em História, Inglês e Francês — "San Diego State College, Brigham Young University", com adaptação e complementação didático-pedagógica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. Curso de Inglês da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (7.^º ano). "Certificat Pratique de Langue Française", "Diplôme d'Études Françaises" e "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises — Université de Nancy II". Diploma do Curso de Francês da Associação de Cultura Franco-Brasileira (4.^º Literário). Curso de Alemão do Instituto Cultural Brasil-

Alemanha (4.º período). Curso de Italiano do "Instituto Italiano di Cultura" (1.º ano). Curso de Museus e História da Cidade do Rio de Janeiro — Museu Histórico Nacional e Museu Nacional de Belas Artes. Diploma do Curso de Arqueologia — Centro Brasileiro de Arqueologia. Curso de Problemas do Desenvolvimento Brasileiro — Centro de Estudos de Desenvolvimento.

EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO — (Estado do Rio de Janeiro)

Prêmio Rio-Branco — medalha de prata, 2.º lugar. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). "Diplôme d'Études Françaises (2ème degré) — Université de Nancy II". "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge. Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre). Registrado no Conselho Regional dos Economistas Profissionais (CREP — 1.ª Região) — (1972).

EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974). Curso intensivo de Administração Financeira da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (1969). Cursou até o 2.º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge.

FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA — (Estado da Guanabara)

Cursou até o 4.º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974). Cursou o 1.º ano da Faculdade de Relações Internacionais (1971). "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) — Université de Nancy II" (1972). "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge (1970). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

FRANCISCO JOSÉ ALONSO VELLOZO AZEVEDO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes (1973). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1974).

JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES (Espanha — Madri — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1973).

JOÃO ZICARDI NAVAJAS — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1968). Cursou a 1.ª série do Curso Superior de Publicidade, da Associação Paulista de Propaganda. Cursou até a 2.ª série do Curso de Intérpretes e Tradutores, da Faculdade das Américas, São Paulo (1970). "Certificat Pratique de Langue Française — 1er degré" (1970) e "Diplôme d'Études Françaises — 2ème degré" (1972), da Universidade de Nancy. Curso de Língua Francesa (áudio-visual), Associação de Cultura Franco-Brasileira de São Paulo e do Rio de Janeiro, encerrado em 1970. Aprovado no exame final do Curso Tradicional de Francês da Maison de France (1970). Cursou até o 3.º ano de Literatura Francesa, Associação de Cultura Franco-Brasileira do Rio de Janeiro (1972). Curso de Língua Inglesa, Professor Eletrônico, concluído em 1969, São Paulo. Curso de Língua Inglesa do Centro de Aprendizado de Línguas do Liceu Eduardo Prado, São Paulo — (1969). Jornalista profissional registrado no Ministério do Trabalho, Delegacia Regional de São Paulo. Trabalhou em vários órgãos da imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro nas funções de Repórter, Redator, Colunista, Copy-Desk, Editor e Secretário-Geral de Redação. Atualmente, redator do *Jornal do Brasil*, Editorial Internacional. Delegado à Convenção Nacional dos Jornalistas Profissionais, realizada em São Paulo, em 1967, sob os auspícios da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais. Membro das seguintes entidades: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (1964), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara (1972), (ABI) Associação Brasileira de Imprensa (1973), (ACEESP) Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo (1965), (ACEG) Associação dos Cronistas Esportivos do Estado da Guanabara (1974), Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo (1966), Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1974).

JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (1973). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

JOSÉ MARIA DE CARVALHO COELHO — (Estado de Minas Gerais)

Licenciado em Teologia pela Pontifícia Universidade de Santo Tomás de Aquino (Roma — 1966). Matriculado no Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB) — 7.º semestre do Curso de Licenciatura em Português/Inglês. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan. Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

MARCIO ARAUJO LAGE — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge (1972). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1972).

MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION — (Estado do Rio Grande do Sul)

Aluna do 5.º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito Cândido Mendes (1974). "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan (1970). "Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré)" da Universidade de Nancy (1971). "Diplôme d'Études Françaises (2^{ème} degré)" da Universidade de Nancy (1972). Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre). Estagiária na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1973).

MAURO LUIZ IECKER VIEIRA — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (1973). Cursou até o 3.º semestre do Curso de Letras (Português/Latim) no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. "Lower and Proficiency Certificates in English" da Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan. Curso de Língua Inglesa na "International Language Centre London". "Certificat Pratique de Langue Française (Nancy I), Diplôme d'Études Françaises (Nancy II)" da Universidade de Nancy. Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

MOIRA APARECIDA SHOULER — (Estado da Guanabara)

Curso de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 8.º período (1974). "Lower and Proficiency Certificates in English" da Universidade de Cambridge. "Creativity and creative problem solving — Eugene Raudsepp — Princeton University". Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ — (Estado do Rio Grande do Sul)

Aluno do 4.º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge. "Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré)" da Universidade de Nancy. "Curso Superior de Tradução e Interpretação das Línguas Inglesa e Francesa" do Professor Daniel Brilhante Brito. Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco (3.º semestre).

ROBERTO PIRES COUTINHO — (Estado do Rio de Janeiro)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze, 2.º lugar. Prêmio Rio-Branco — medalha de ouro, 1.º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (1971). Cursou até o início da 2.ª série da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (1973). "Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré)" da Universidade de Nancy (1967). "Proficiency Certificate in English" da Universidade de Cambridge (1969). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Estado do Rio de Janeiro (1972).

VITOR CANDIDO PAIM GOBATO — (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972).

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.), destinado a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que terão de executar em postos no exterior.

Os diplomatas lotados no exterior podem beneficiar-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação, entre outros.

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR (C.P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular realizou-se na Secretaria de Estado, de 9 de setembro a 14 de novembro de 1974, sob a coordenação executiva do Secretário Jayme Villa Lobos. As sessões foram diárias e os trabalhos didáticos se efetuaram através de palestras e seminários, entregues à direção dos Chefes de Departamento e de Divisão, e no impedimento destes, de funcionários diplomáticos por eles designados.

O período regulamentar de 10 semanas do curso foi ocupado, segundo o critério de concentração de esforços, nos assuntos de natureza substantiva de interesse atual. Assim sendo, das 10 semanas, duas foram dedicadas às disciplinas de Prática Diplomática I (Cerimonial), Prática Consular e Assuntos Administrativos, as demais, às Cadeiras de Prática Diplomática II, subdividida em Assuntos Políticos, Econômicos e Culturais, e Promoção Comercial.

Concluíram o Curso de Prática Diplomática e Consular em 1974, os Terceiros Secretários abaixo relacionados:

Antônio José Rezende de Castro (Monitor)
Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
Antônio Herculano Lopes
Barbara Goraczko
Cláudia D'Angelo
Heraldo Póvoas de Arruda
Ivone Brandão Vieira Faria
João Almino de Souza Filho
Luís Fernando de Andrade Serra
Luiz Felipe Mendonça Filho
Luiz Francisco Pandiá Braconnot
Marcelo Andrade de Moraes Jardim
Marco Antônio Diniz Brandão
Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Maria Dulce Soares da Silva
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Raul de Taunay
Sarkis Karmirian

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares n.º 6.681, de 26 de abril de 1967, e n.º 443, de 25 de fevereiro de 1971, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos anteriormente iniciados e outros matriculados no corrente ano:

Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho — 1974 — Suíça — Berna — Curso Intensivo de Língua Alemã.

Secretário Gelson Fonseca Júnior — 1974 — E.U.A. — Washington — "Georgetown University" — Mestrado em Ciências Políticas.

Secretário Jório Salgado Gama Filho — 1973/74 — Líbano — Beirute — "American University of Beirut" — (Faculdade de Artes e Ciências) — Curso de Ciência Política, em nível de pós-graduação.

Secretário José Antônio Castello Branco de Macedo Soares — 1973/74 — E.U.A. — Washington — "George Washington University" — (School of Public and International Affairs) — "Master in Latin American Studies".

Secretário José Vicente de Sá Pimentel — 1974 — E.U.A. — Washington — "Georgetown University" — "Master of Science in Foreign Affairs".

Secretário Luiz Sérgio Gama Figueira — 1973/74 — E.U.A. — Washington — "George Washington University" — Mestrado em Economia.

Secretário Maurício Eduardo Cortes Costa — 1974 — Inglaterra — Londres — "Polytechnic of Central London" — Pós-graduação em Estudos de Administração.

Secretário Ney do Prado Dieguez — 1974 — Suíça — Berna — Curso intensivo da Língua Alemã.

Cônsul-Geral Ovídio de Andrade Mello — 1974 — Inglaterra — Londres — Seminário sobre "Mudanças no Equilíbrio do Poder".

Secretário Paulo Sérgio Fontes da Silva Mafra — 1974 — E.U.A. — Washington — "George Washington University" — Mestrado em Economia.

Secretário Roberto Rodrigues Krause — 1974 — E.U.A. — Washington — "George Washington University" — Mestrado em Ciências Políticas.

Secretário Sérgio Elias Couri — 1973/74 — E.U.A. — New York — "New York University" — Mestrado em Economia.

Secretário Synésio Sampaio Góes Filho — 1974 — França — Paris — Instituto de Comércio Internacional (ICI) sob a orientação da "Direction de Relations Économiques Extérieures" (DREE), do Ministério da Economia e Finanças da França — Curso pós-universitário de Comércio Internacional.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais (C.E.) e de Extensão (C.Ex.). Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

(C.E.)

Língua Alemã

A exemplo dos anos anteriores, o Instituto Rio-Branco realizou no Rio de Janeiro e em Brasília, com a colaboração do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, cursos de língua alemã.

Rio de Janeiro

O Curso, no qual tomaram parte alunos do C.P.C.D. e uma funcionária administrativa deste Ministério, constou de duas turmas:

- a) Principiantes
- b) Adiantados

Pela Portaria n.º 3, de 30 de janeiro de 1974, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foi mantida a Professora Gretchen Becker, que teve a seu cargo as duas turmas.

Terminaram o Curso os alunos abaixo relacionados por ordem de classificação:

Turma "A" — Principiantes — (1.º e 2.º períodos)

Dante Coelho de Lima
Eduardo dos Santos
Regis Percy Arslanian
Renan Leite Paes Barreto
Rubem Antônio Corrêa Barbosa
Roberto Teixeira de Mesquita
Romero Cabral da Costa Filho

Turma "B" — Adiantados — (1.º período)

Piragibe dos Santos Tarragô
Carlos Alberto Lopes Asfora
José Eduardo Martins Felício
José Maria de Carvalho Coelho
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
Maria da Graça Nunes Carrion
Mauro Luiz Lecker Vieira
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Maria Helena de Carvalhal Junqueira
Francisco José Alonso Vellozo Azevedo
Edson Marinho Duarte Monteiro

Brasília

Em Brasília, adotou-se, a título experimental, o sistema de concessão de bolsas de estudos para os cursos regulares mantidos pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Foram concedidas, em 1974, 36 bolsas de estudos para 24 funcionários da Carreira e 12 funcionários administrativos.

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a Carreira de Diplomata sempre que as necessidades de recrutamento o exigem

BIBLIOTECA

Em 1974 a Biblioteca foi enriquecida através da compra de grande número de obras básicas sobre assuntos curriculares e correlatos, para estudo e pesquisa. As aquisições no exterior foram feitas por intermédio das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras. O IPEA destacou-se como principal doador, oferecendo suas edições no campo das ciências econômicas, tecnológicas e administrativas.

Atualizando a Coleção de Referência foram adquiridos, entre outros, a Encyclopedia of Soviet Law, o Europa Year-Book e os livros do ano das encyclopédias Britannica e Barsa.

O acervo elevou-se para 14.014 livros, com a aquisição de 188 obras, 345 volumes e 12 folhetos (ver quadro abaixo).

AQUISIÇÃO

Origem	Obras	Volumes	Folhetos	Total
Compra	142	248	3	393
Doação	45	96	9	150
Permuta	1	1	0	2
TOTAL	188	345	12	545

A colaboração com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) consubstanciou-se na remessa de 276 fichas — de obras catalogadas pela Biblioteca do IRBR — ao Catálogo Coletivo Nacional de Livros.

O setor de empréstimo atendeu a inúmeros pedidos de leitores de outras entidades, especialmente pesquisadores e estudantes, além de seus consulentes habituais — professores e alunos do IRBR. Levantamentos bibliográficos e normalização de referências bibliográficas para trabalhos individuais e de grupo foram organizados para alunos do CPCD.

Pelo sistema de empréstimo-entre-bibliotecas, que há vários anos vem prestando apoio a consulentes do Instituto e de outras entidades, houve intercâmbio de publicações com as bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores (EREGUAN e Brasília) e Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANEXOS

**TEXTOS DAS PROVAS DO
EXAME VESTIBULAR**

TEXTO DAS PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PORtuguês

Parte A — Redação

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:

“A Educação Nacional como Fator de Desenvolvimento”

Observação: Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

Parte B — Resumo

Resuma cada um dos textos a seguir;

Observação: O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos.

Texto n.º 1

Valor: 13 pontos

Encerrado, ou em vias de encerrar-se, para quase todos os povos, o ciclo da expansão territorial, já não é possível desviar a atenção dos problemas concernentes à vulnerabilidade do ambiente em que vivemos e à limitação dos recursos naturais. A conservação do patrimônio físico tornou-se, dessa maneira, imperativo essencial, pois disso depende, senão a sobrevivência, ao menos o bem-estar da sociedade humana.

Providências de maior ou menor alcance e profundidade se esboçam, por isso, em escala quase universal, tanto no sentido de imprimir racionalidade e prudência à administração dos bens

que a natureza nos oferece, como no de criar consciência ecológica, que se oponha à dilapidação, quer da terra, quer da água, quer do ar.

Está o nosso País entre os poucos para os quais não chegou ao fim a era da expansão territorial. Encontramo-nos ainda em pleno e animoso processo de incorporação de vastas porções de nosso território ao patrimônio útil da família nacional.

Não quer isso dizer, porém, que a responsabilidade das gerações atuais, quanto aos deveres conservacionistas, se ache diluída: não somente são notórios os problemas dessa natureza em importantes setores de atividade, como ainda nos cabe o encargo de resguardar as gerações futuras dos malefícios acarretados pela utilização desordenada e predatória das riquezas naturais.

Variado é o conjunto de normas que, em nosso direito, já dispõem quanto ao uso do potencial de água, solo, subsolo, fauna e ar, achando-se, porém, a competência para executar esses princípios legais distribuída, fragmentariamente, a diferentes agências administrativas. Convém, pois, se centralize a autoridade para orientar, em caráter geral, a política de preservação do meio ambiente, bem como para elaborar normas aplicáveis à utilização de recursos naturais, a fim de que essa atividade se concilie com o interesse coletivo.

Importa, igualmente, se intensifique, nesse campo, a ação do poder público, imprimindo-se unidade ao trabalho partilhado entre os órgãos federais que se acham prepostos à execução dessa política e conjugando-se essa tarefa com a desenvolvida por órgãos estaduais e municipais.

Imprescindível se torna atribuir, ainda, particular relevo à proteção dos nossos recursos hídricos, para que se impeça, com a maior energia, sejam eles irremediável e desastrosamente poluídos.

Para cumprimento desses objetivos será criada aqui e agora, como órgão integrante do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Incumbirá a esse órgão federal velar por que o crescimento econômico se faça sem prejuízo da qualidade de vida da nossa população, tocando-lhe harmonizar a criação de riqueza com a

preservação dos elementos físicos indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da sociedade brasileira.

Trecho do pronunciamento do Sr. Presidente da República em 1.º de novembro de 1973.

Texto n.º 2

Valor: 12 pontos

Eram seis horas da tarde.

O sol declinava rapidamente, e a noite, descendo do céu, envolvia a terra nas sombras desmaiadas que acompanham o ocaso.

Soprava uma forte viração do sudoeste, que desde o momento da partida retardava a nossa viagem; lutávamos contra o mar e o vento.

O velho pescador, morto de fadiga e de sono, estava exausto de forças; a sua pá, que a princípio fazia saltar sobre as ondas como um peixe o frágil barquinho, apenas feria agora a flor da água.

Eu, recostado na popa, e com os olhos fitos na linha azulada do horizonte, esperando a cada momento ver desenhar-se o perfil do meu belo Rio de Janeiro, começava seriamente a inquietar-me da minha extravagância e loucura.

A proporção que declinava o dia e que as sombras cobriam o céu, esse vago inexpressível da noite no meio das ondas, a tristeza e melancolia que infunde o sentimento da fraqueza do homem em face dessa solidão imensa de água e de céu, se apoderavam do meu espírito.

Pensava então que teria sido mais prudente esperar o dia seguinte, e fazer uma viagem breve e rápida, do que sujeitar-me a mil contratempos e mil embargos, que no fim de contas nada adiantavam.

Com efeito já tinha anoitecido; e, ainda que conseguíssemos chegar à cidade por volta de nove ou dez horas, só no dia seguinte poderia ver Carlota e falar-lhe.

De que havia servido, pois, todo o meu arrebatamento, toda a minha impaciência? Tinha morto um animal, tinha incomodado um pobre velho, tinha atirado às mãos cheias dinheiro, que poderia melhor empregar socorrendo algum infortúnio e cobrindo esta obra de caridade com o nome e a lembrança dela.

Concebía uma triste idéia de mim; no meu modo de ver então as coisas, parecia-me que eu tinha feito do amor, que é uma sublime paixão, apenas uma estúpida mania; e dizia interiormente que o homem que não domina os seus sentimentos, é um escravo, que não tem o menor merecimento quando pratica um ato de dedicação.

Tinha-me tornado filósofo, minha prima, e decerto compreenderá a razão.

No meio da baía, metido em uma canoa, à mercê do vento e do mar, não podendo dar largas à minha impaciência de chegar, não havia senão um modo de sair desta situação, e este era arrepender-me do que tinha feito.

Se eu pudesse fazer alguma nova loucura, creio piamente que adiaria o arrependimento para mais tarde, porém era impossível.

Tive um momento a idéia de atirar-me à água, e procurar vencer a nado a distância que me separava dela; mas era noite, não tinha a luz de Hero para guiar-me, e me perderia nesse novo Helesponto.

Foi decerto uma inspiração do céu ou do meu anjo da guarda que me veio advertir que naquela ocasião eu nem sabia mesmo de que lado ficava a cidade.

Resignei-me, pois, e arpendi-me sinceramente.

JOSÉ DE ALENCAR — "Cinco Minutos".

Parte C — Literatura

Valor: 15 pontos

Disserte sobre o seguinte tema:

"Naturalismo Brasileiro"

Extensão: 150 a 200 palavras.

FRANCÊS

Partie A — Rédaction

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

"Le rôle de l'optimisme dans la société contemporaine"

Partie B — Thème

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Mau presságio?

Se os cientistas dispõem de tão restritos elementos, é natural que a população da Terra seja tomada de certa perplexidade ante a aproximação de um cometa. Através dos séculos eles vêm intrigando a humanidade e a crença geral é a de que coincidem com fenômenos extraordinários. Após a morte de César, uma "estrela de longa cabeleira" teria sido observada em Roma. A estrela de Belém, que os astrônomos modernos supõem tratar-se de uma conjunção de Júpiter e Saturno ocorrida no ano 6 a.C., anunciou o nascimento de Jesus. Um cometa foi registrado pelas crônicas européias do século XII, coincidindo com a época das Cruzadas — e tanto cristãos quanto mouros teriam pensado tratar-se de um mau presságio.

Revista "Veja", de 21-11-1973.

Muito mais que um simples elemento de identificação de um bem ou serviço, é a marca um poderoso instrumento de comercialização, freqüentemente responsável pela ocupação de posições privilegiadas em mercados internos e externos. Poucos são os recursos capazes de fazer frente ao prestígio de uma marca. Não é raro observar-se que até mesmo uma queda de qualidade não é suficiente para afastar o consumidor de determinado produto. Graças à sua reputação, uma marca, que em princípio seria um agente de designação ou diferenciação, passa, em certo sentido, a prevalecer sobre o próprio produto. Em consequência, a proteção que a marca deveria oferecer ao consumidor cede lugar a outro tipo de proteção: assegurar posições dominantes para os titulares das marcas, proporcionando-lhes condições de determinar níveis de preços e outras práticas conducentes a um elevado grau de controle sobre as forças que atuam no comércio.

Extraído da Revista "Comércio Exterior", editada pelo Ministério das Relações Exteriores, número de agosto-setembro, 1973.

INGLÊS

Part A — Composition

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

"The Forces of Change in Developing Countries"

Part B — Translation

Value: 40 marks

Ao invés da discussão ideológica, o Brasil parece ter escolhido o caminho da cooperação pragmática. Salvo raros setores, como na exploração do petróleo, os incentivos assegurados às empresas estatais não diferem dos que se concedem às empresas privadas nacionais (salvo alguns privilégios naturais, como os depósitos governamentais nos bancos oficiais). Contudo há setores onde a tecnologia exige grandes dimensões das empresas, e onde não é fácil aglomerar capitais privados para o seu desenvolvimento. Nesses setores, que incluem os serviços de utilidade pública e parte da siderurgia e da mineração, o Governo entra diretamente como investidor, e, nos últimos anos, as empresas estatais têm alcançado padrões administrativos tão bons quanto os das melhores empresas privadas. Os capitais estrangeiros são aceitos irrestritamente na indústria, onde podem trazer especial contribuição ao progresso tecnológico do País. Apenas na exploração e na refinação de petróleo os capitais estrangeiros não são admitidos, por proibição legal, e nos bancos comerciais por consenso informal. Ainda assim, há pleno respeito pelas posições adquiridas no passado pelos bancos estrangeiros que se instalaram no País antes do estabelecimento dessa regra. Por último, uma série de associações se vêm estabelecendo nos últimos anos entre empresas estrangeiras, estatais e grupos privados brasileiros para a ampliação da petroquímica, da siderurgia, da mineração, etc. Essas associações são um bom atestado do clima de cooperação existente entre o setor privado, o público e o externo.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN — "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento" (Ministério da Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização), 1973.

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS**GEOGRAFIA****Parte A Dissertação****"A Pecuária no Brasil"**

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Limite máximo: 4 páginas de papel alçaço, aproximadamente, incluindo o plano.

Parte B — Questões

1. Que formas de economia rural e sistemas agrícolas predominam nos trópicos úmidos?

Valor: 15 pontos
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

2. Analise a importância das reservas de petróleo em exploração como fonte energética e como aproveitamento de subprodutos na indústria moderna.

Valor: 15 pontos.
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

3. Quais as causas das migrações alternantes ou de trabalho e suas consequências na organização do espaço urbano? Cite exemplos.

Valor: 15 pontos.
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

4. Explique a atual política de transportes do Governo Federal na Amazônia, suas razões e suas perspectivas na transformação do espaço regional.

Valor: 15 pontos.

Limite: 130 palavras, aproximadamente.

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

“Emancipação dos Escravos”

Valor: 40 pontos

(Roteiro analítico: 5 pontos
Desenvolvimento do tema:
35 pontos)

Extensão: de 500 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B — Questões

1. O Município na era colonial.
2. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri.
3. O protecionismo alfandegário e as tabelas Alves Branco.
4. O Ato Adicional de 1834 e suas consequências.
5. Que se chamou “política dos Governadores”?
6. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada questão.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, cada item.

HISTÓRIA MUNDIAL

Parte A — Dissertação

Discuta a seguinte proposição:

A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte exige, para seu entendimento em profundidade, sua inserção no quadro das transformações gerais que caracterizam, no mundo ocidental, a crise do antigo sistema colonial e da sociedade do “Antigo Regime”.

Valor: 40 pontos.

Extensão: de 400 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B — Questões

Aprecie criticamente as proposições abaixo:

- a) Princípios jusfilosóficos e ação política concertada através de congressos periódicos constituíam as bases sobre as quais repousava o “mundo restaurado” de 1815.
- b) O Liberalismo foi, durante o século XIX, o princípio básico e unificador do pensamento político, social e econômico.
- c) A Conferência de Berlim de 1884/85 determinou o início do processo de apropriação dos territórios africanos pelas potências européias, que se convencionou chamar “partilha da África”.
- d) Os interesses anglo-franceses opuseram-se às reivindicações do nacionalismo árabe após a dissolução do Império Otomano.
- e) A crise de 1929 foi, na realidade, a mais importante dentre as consequências econômicas da Paz de Versalhes.
- f) Considerada a partir da perspectiva da “guerra fria”, a guerra da Coréia pode ser encarada como um confronto entre os dois blocos, em defesa tanto de seus interesses globais quanto daqueles especificamente asiáticos.

Valor: 60 pontos (10 pontos para cada questão).

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada questão.

DIREITO

Parte A — Dissertação

A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias.
O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

Valor: 40 pontos.

Extensão: 600 palavras, aproximadamente.

Parte B — Questões

1. Que é domicílio de eleição?
2. Como se distinguem os bens públicos dos bens particulares?
3. Em que se baseia o princípio da responsabilidade civil?

4. Qual é a relação entre parentesco e impedimentos matrimoniais?
5. Quais as características essenciais das sociedades por quotas de responsabilidade limitada?
6. Qual é a diferença essencial entre a letra de câmbio e a nota promissória?

Valor: 10 pontos cada questão.

Observações:

1. As perguntas têm em vista o Direito Positivo Brasileiro.
2. É facultada a consulta a legislação não comentada.

LEGISLAÇÃO

PORATARIA MINISTERIAL N.º 378, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1974

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 85, item II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967, resolve:

Baixar as seguintes instruções:

Art. 1.º — Ao Aluno do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, será concedida mensalmente uma bolsa de estudo, até à véspera de sua posse no cargo de Terceiro-Secretário.

Parágrafo único — A bolsa será devida a partir da publicação no **Diário Oficial** da homologação da aprovação no Exame Vestibular ao Curso.

Art. 2.º — O valor da bolsa de que trata o art. 1.º desta Portaria será determinado pelo Ministro de Estado, mediante proposta do Diretor do Instituto Rio-Branco, ouvido o Chefe do DA.

Art. 3.º — Não fará jus à bolsa o Aluno estagiário que perceba ou venha a perceber dos cofres públicos retribuição de qualquer natureza, exceto se inferior à da bolsa, caso em que lhe será concedido um complemento até o montante desta.

Art. 4.º — Caberá ao Diretor do Instituto Rio-Branco conceder as bolsas de que trata esta Portaria.

Art. 5.º — Esta Portaria entra em vigor em 1.º de janeiro de 1974, revogadas a Portaria de 25 de janeiro de 1968, publicada no **Diário Oficial** em 1.º de fevereiro de 1968, e demais instruções em contrário.

Mario Gibson Barboza

(Publicada no **Diário Oficial** de 13 de fevereiro de 1974)

PORATARIA MINISTERIAL N.º 365, DE 2 DE AGOSTO DE 1973 (*)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, publicado no **Diário Oficial** de 13 de dezembro de 1972 e considerando o disposto no art. 15 do mesmo decreto, resolve: Baixar as seguintes instruções para a realização das Provas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — A seleção prévia compreenderá provas escritas e eliminatórias de Português, Francês e Inglês.

II — As provas vestibulares finais, igualmente escritas e eliminatórias, versarão sobre as seguintes matérias: Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito.

III — Para o cálculo da média global do Exame Vestibular, atribuir-se-á peso 2 (dois) às notas de Português, Francês e Inglês e peso 1 (um) às notas das demais matérias.

IV — Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver, sucessivamente:

- a) melhor nota em Português;
- b) melhor média no conjunto de Francês e Inglês;
- c) mais idade.

V — Os programas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata serão estabelecidos por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, ouvido previamente o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

VI — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará os atos complementares necessários ao cumprimento destas instruções.

Mario Gibson Barboza

(Publicada no **Diário Oficial** de 9 de agosto de 1973.)

(*) Portaria relativa ao Exame Vestibular realizado entre novembro de 1973 e março de 1974.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE
DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 3 de setembro ao dia 26 de outubro de 1973, nos locais indicados a seguir, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata: a) Instituto Rio-Branco, Avenida Marechal Floriano, 196, GB; b) Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, DF; c) Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e Universidade de São Paulo. Nos locais acima mencionados serão encontrados, a partir de 20 de agosto de 1973, os programas e instruções para o referido vestibular.

É fixado em 30 o número de vagas a serem providas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Os candidatos serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação no Exame Vestibular.

Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1973.

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco, em aditamento ao Edital de 8 de agosto de 1973, publicado no **Diário Oficial** de 10 de agosto de 1973, baixa as instruções e estabelece os programas para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de conformidade com a Portaria Ministerial n.º 365, de 2 de agosto de 1973, publicada no **Diário Oficial** de 9 de agosto de 1973.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1973.

PESSOAL

**PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DE 1945 A 1974**

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Embaixador	28-04-1945 a 13-01-1947
Hélio Lobo	Ministro	15-01-1947 a 24-04-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-04-1947 a 26-01-1956
Antônio Camillo de Oliveira	Embaixador	28-01-1956 a 21-05-1966
Antônio Corrêa do Lago	Embaixador	21-05-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador	17-11-1969 a 31-07-1972
Frederico Carlos Carnaúba (*)	Ministro	31-07-1972 a 24-05-1973
Alfredo Teixeira Valladão	Embaixador	31-05-1973 a
COORDENADOR DE ENSINO		
Raphael Valentino Sobrinho	Secretário	05-07-1973 a 14-10-1974
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	01-09-1945 a 03-06-1946
Jacome Baggi de Berenguer César	Ministro	03-06-1946 a 07-01-1947
João Guimarães Rosa	Secretário	24-01-1947 a 07-08-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-08-1947
Raul Bopp	Ministro	17-09-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-05-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-05-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago	Ministro	11-11-1953 a 01-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto	Cônsul	06-10-1954 a 26-05-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Ministro	26-05-1955 a 22-08-1962
Arnaldo Rigueira (*)	Secretário	24-09-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabóto	Conselheiro	22-08-1962 a 01-08-1964
Arthur Pimenta Valente	Secretário	12-08-1964 a 01-04-1965
Isócrates de Oliveira	Secretário	25-06-1965 a 01-07-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães	Ministro	01-07-1966 a 23-12-1966

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	28-12-1966 a 31-05-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*)	Conselheiro	01-06-1967 a 31-07-1967
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	01-08-1967 a 12-09-1969
Othon Guimarães	Conselheiro	12-09-1969 a 27-08-1972
José Olympio Rache de Almeida	Conselheiro	27-08-1972 a 05-07-1973
Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit	Secretário	05-07-1973 a
COORDENADOR EM BRASÍLIA		
Arnaldo Rigueira	Conselheiro	24-03-1970 a
SECRETARIA DO DIRETOR		
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	20-08-1973 a
COORDENAÇÃO DE ENSINO		
Luciola Junqueira	Assistente Comercial	19-03-1973 a 12-09-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	19-03-1973 a
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 20-08-1973
Marina Ilíma de Figueiredo Pessoa	Of. de Adm.	19-03-1973 a
Maria da Glória Pizzi	Of. de Adm.	23-11-1973 a
Risette da Penha Travassos de Figueiredo	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 27-08-1974
Sandra Maria Mello Rocha	Of. de Chancelaria	26-03-1974 a
Zuleide de Souza Pessoa	Of. de Chancelaria	19-04-1974 a
Ilka Vianna de Moura	Of. de Chancelaria	09-10-1974 a
SECRETARIA		
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Therezinha Castro Lima	Contadora	19-03-1973 a
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a
Esther Guitmann	Of. de Chancelaria	09-10-1973 a
Irene Paternot Rodrigues	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 01-07-1974
Lúcia Maria do Couto Bastos	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a
Maria Aparecida Fonseca	Of. de Adm.	28-01-1974 a
BIBLIOTECA		
Heloisa Behring Tonello	Of. de Chancelaria	15-03-1955 a
Laura Moura de Aquino	Datilógrafa	02-05-1967 a
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque	Escriturária	19-11-1971 a

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
PORTARIA		
Wilson Teixeira	Impressor	01-11-1945 a
Ivan Teixeira	Porteiro	01-04-1947 a 22-12-1969
Antônio Jorge dos Santos	Servente	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva	Porteiro	(até 12-04-1963)
Adilson de Miranda Miguel	Servente	(até 02-12-1963)
Joaquim Francisco da Costa	Servente	De 01-04-1965 a 04-10-1965 (até 02-09-1963)
Gilberto de Jesus	Servente	(até 01-04-1965) De 17-11-1966 a 31-03-1974
Waldir Teixeira	Porteiro	01-09-1971 a
Funcionários Lotados em Seções e Ocupantes de Cargos Extintos com a Publicação do Regimento Interno da Secretaria de Estado em 15-3-1973		
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Maria Virginia Dantas Cavalcanti	Auxiliar	01-09-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço	Auxiliar	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos	Auxiliar	05-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho	Contador	01-01-1946 a 09-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturária	06-03-1946 a 12-02-1949
Vera Pereira Correia Costa	Auxiliar	08-07-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	08-03-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito	Arquivista	08-03-1946 a 01-02-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	28-11-1946 a 19-03-1973
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	06-05-1947 a 12-12-1947
Dulce Soares de Oliveira	Datilógrafa	03-09-1947 a 31-12-1947
Clotilde Paletta de Alencar	Auxiliar	07-11-1947 a 31-05-1951
Washington Müller dos Reis	Auxiliar	21-11-1947 a 05-05-1948
Isolanda Lúcia Vettori	Arquivologista	12-01-1948 a 30-08-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro	Datilógrafa	02-01-1949 a 09-12-1952
Regina Lima de Abreu	Datilógrafa	23-03-1949 a 23-08-1951
Lygia Lima de Abreu	Escriturária	25-10-1951 a 16-11-1956
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto	Auxiliar	01-11-1951 a 31-12-1953
Íris Coelho	Taquígrafa	02-01-1953 a 31-08-1955
Sílvia Ribeiro Póvoas	Aux. Administrativo	15-07-1954 a 26-08-1954
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes	Aux. Administrativo	26-11-1951 a 01-08-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Aux. Téc. Financeiro	01-12-1953 a 19-03-1973
Rachel Biasotto Mano	Escrevente Datil.	01-10-1954 a 13-01-1955
Maria Sylvia de Noronha	Aux. Administrativo	01-10-1954 a 02-09-1955
Ana Maria Teixeira Nunes	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1960
Lucíola Junqueira	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1957
Laura Moura de Aquino	Datilógrafa	10-05-1962 a 02-05-1967
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes	Aux. de Escritório	05-11-1962 a 31-05-1971
Therezinha Castro Lima	Contadora	20-04-1970 a 19-03-1973
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	29-04-1970 a 19-03-1973

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	12-05-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*)	Cônsul	18-11-1949 a 23-06-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	25-06-1950 a 09-02-1951
Cláudio Garcia de Souza	Cônsul	09-02-1951 a 26-05-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	02-04-1951 a 28-05-1951
Marcos Antônio de Saivo Coimbra (*)	Cônsul	28-05-1952 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-06-1953 a 07-04-1954
Osires Carneiro Leão (*)	Aux. Administrativo	11-01-1954 a 10-05-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 10-01-1955
Martha Freire Pereira Pinto	Escrivárria	13-01-1955 a 20-01-1959
Arnaldo Rigueira	Secretário	21-01-1959 a 08-03-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Marina de Barros e Vasconcelos	Assistente	21-09-1946 a 19-10-1951
	Encar. de Seção	09-10-1951 a 03-01-1958
Maria Paletta de Alencar	Auxiliar	12-12-1947 a 07-03-1957
Rachel Biasotto Mano	Of. de Chancelaria	03-01-1955 a 12-01-1965
Zina Arcary	Datilógrafa	01-10-1954 a 31-12-1959
Ilka Vianna de Moura	Of. de Chancelaria	01-11-1956 a 06-08-1965
Luciela Junqueira	Assistente Comercial	08-03-1957 a 19-03-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	07-03-1960 a 19-03-1973
Juraciema Marciano de Amorim	Aux. de Escritório	26-07-1965 a 19-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-03-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Of. de Adm.	01-02-1971 a 19-03-1973
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Álvaro Moitinho Neiva (*)	Téc. de Educação	19-05-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcelos (*)	Professora	09-10-1951 a 13-01-1955
Rachel Biasotto Mano	Professora	13-01-1955 a 01-04-1965
Iliah de Figueiredo Lobo	Professora	01-04-1965 a 20-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-08-1973
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
Astrélia Dutra dos Santos	Pesquisador	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Álvares	Bibliotecário	10-09-1948 a 10-06-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	31-11-1948 a 19-03-1973
Osires Carneiro Leão	Aux. Administrativo	19-06-1951 a 26-01-1955
CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
José Honório Rodrigues	Professor	02-09-1948 a 24-07-1950
Raul José de Sá Barbosa	Cônsul	21-08-1950 a 26-05-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	11-06-1951 a 24-09-1951

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 19-01-1952
Flávio Garcia de Souza	Auxiliar	19-01-1952 a 07-01-1955
Maria de Vilhená Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	07-01-1955 a 19-03-1973
COORDENADOR DE CURSOS		
Jorge Alberto de Seixas Corrêa	Ministro	13-05-1969 a 11-07-1972
SECRETÁRIOS DO DIRETOR		
Melilo Moreira de Mello	Cônsul	22-05-1946 a 03-12-1945
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 12-05-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-01-1948
Ayrton Diniz	Cônsul	12-05-1948 a 23-06-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha	Cônsul	13-02-1951 a 24-09-1951
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 05-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra	Cônsul	05-10-1951 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-07-1953 a 07-04-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 25-01-1955
Elza Gomes (*)	Aux. Administrativo	09-02-1956 a 15-05-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Escrivária	16-05-1957 a 24-03-1961
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
Lucy Soares Carneiro	Taquígrafa	30-03-1970 a 19-03-1973

(*) Em caráter interino.

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1974

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1972, 1974)

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas
— Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). I — **Atividades Profissionais:** Professor universitário, Advogado e Jornalista. II — **Principais Funções Públicas:** a) Membro da Comissão de Reparações de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967; Rio de Janeiro, 1969 e Washington, 1971 e 1973); e) Delegado do Brasil e "Rapporteur" à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5.^a Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); g) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); h) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em Caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); i) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); j) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium International de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); k) Delegado do Brasil no Comitê das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); l) Delegado do Brasil às Conferências do INTELSAT (Washington, 1969 a 1971); m) Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969); n) Delegado do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais sobre Direito Internacional Humanitário (Genebra, 1971/1972);

o) Delegado do Brasil à XXII Conferência Internacional da Cruz Vermelha (Teerã, 1973); p) Membro do Comitê da Cruz Vermelha sobre Armas que Causam Sofrimentos Desnecessários e Efeitos Indiscriminados (Genebra, 1973); q) Delegado do Brasil à Conferência Diplomática (Genebra, 1974).

III — Mandato Internacional: Membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, 1964/1975); Vice-Presidente (1972/1975).

IV — Exercício de Magistério: a) Professor contratado de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor Livre Docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); c) Catedrático Interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969/1971); d) Catedrático Interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/1968); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Santiago, Genebra (Institut des Hautes Études Internationales), Brasília, Pernambuco, São Paulo, Santa Maria e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras Universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola Naval e da ADESG.

V — Outras Atividades Internacionais: a) Tesoureiro da Inter-American Bar Association (1965/1974); b) Diretor-Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968/1974); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas (1970); d) Vice-Presidente do Comitê de Direito e Tecnologia dos Computadores da World Peace Through Law Center (1968/1974); e) Membro do Comitê Organizador da Comissão Internacional para Arbitragem Comercial (Paris, 1973); f) Membro do Comitê sobre Regras Uniformes de Arbitragem da UNCITRAL (Londres, 1974).

ALMEIDA, 1º Secretário Márcio Fortes de

(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1974)

(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio "Rio-Branco", medalha de vermeil — 1º lugar, 1963. Prêmio "Lafayette de Carvalho e Silva" (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos

(1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965/fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965/fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia de 1966 a 1973 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1972. Examinador de Português da 1.ª Fase (Seleção Prévia), do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967) e do Concurso para Oficial de Chancelaria (1970). Orientador do 1.º ano do C.P.C.D. em 1967 e do 2.º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra (negociações sobre café e instalação da reunião da OIC), à Alemanha Ocidental e à França (negociações sobre siderurgia), (agosto de 1970). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem aos Estados Unidos da América, Itália, Áustria, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e Japão (negociações sobre siderurgia), (abril/maio de 1971). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra e à França (negociações sobre seguros e siderurgia), (maio de 1972). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagens a Portugal, Bélgica e Inglaterra (negociações sobre turismo e Feira Brasil Export 73), (julho de 1973), e ao Japão, Inglaterra, Bélgica e Itália (negociações sobre siderurgia e participação na Feira Brasil Export 73), (outubro e novembro de 1973). Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969 a abril de 1973). Assessor-Chefe do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio (maio de 1973 a junho de 1974).

BAHADIAN, 2º Secretário Adhemar Gabriel

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1974)

(C.P.C.D. — Português e Comunicação Profissional — 1974 — 2º semestre)

Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (1966). Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1967). Curso de Política Comercial no GATT (1969). Psicólogo pela Universidade Gama Filho (1974). Assistente do Chefe do Escritório Regional

no Estado da Guanabara. Membro da Delegação do Brasil à Conferência Diplomática sobre Tratado de Cooperação em Patentes (1970). Membro da Delegação do Brasil às Reuniões da União de Paris e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), (Genebra, 1970). Observador do Brasil na V Assembléia-Geral do Centro Interamericano de Administradores Tributários (CIAT), (Rio de Janeiro, 1971). Representante-Suplente do Itamaraty nas Reuniões da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPLEX), (Rio de Janeiro, 1972). Delegado do Brasil à III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Santiago, 1972). Delegado do Brasil ao I Congresso Interamericano Extraordinário de Turismo (Rio de Janeiro, 1972). Representante-Suplente do Itamaraty na Comissão de Seguros de Crédito à Exportação (1972). À disposição do Ministro da Agricultura da Tanzânia (Rio de Janeiro, 1973). Representante-Suplente do Itamaraty no CPA (Conselho de Política Aduaneira), (1972/1974). Membro da Junta Deliberativa do Trigo (1972/1974). Membro do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool (1972/1974).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968/1969, 1971 a 1974)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961/1964); Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1965/1966). **Cursos de Aperfeiçoamento:** Curso de Produtividade Industrial (1962) da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curso e Localização de Empresa (1963); Curso de Desenvolvimento e Planejamento (1963); Curso de Análise de Sistemas pela IBM do Brasil; Assistente de Pesquisa do "Center for International Studies" do "Massachusetts Institute of Technology", com estágio no Departamento de Economia da mesma Instituição (1970). **Experiência Profissional:** Redator do Suplemento Econômico do "Correio da Manhã" de 1963 a 1964; Auxiliar de Economia do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica — Setor de Orçamento e Finanças — e da Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1964, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964; Economista do Centro de Estudos Industriais e do Centro de Estatística e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1967/1970; Chefe do Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1970; Assessor do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, 1974. **Atividades Docentes:** Professor e Consultor Técnico do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Governamental do III Curso do Programa Nacional de Aper-

feiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA) do Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1969; Professor Assistente nas Cadeiras de Macroeconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, 1971; Professor Associado do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Econômico da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. **Comissões:** Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao I e II Congressos de Usuários de Computadores Eletrônicos promovidos pela SECESU, em 1968/1969. Representante da Fundação Getúlio Vargas nas Conferências patrocinadas pela Associação Econômica Internacional sobre o "Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Econômico" (Áustria, 1971) e "Planejamento de Longo Prazo e Previsão" (URSS, 1972).

BECKER, BERTHA KOIFFMANN

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1974)

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Professora no Curso de Pós-Graduação de Direito e Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Membro da Banca Examinadora no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1974 e na 1.^a Fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967). Membro da Banca Examinadora no Concurso para Livre-Docência na Universidade de Rio Claro, São Paulo (1971). Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócia Fundadora da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membro, a convite, da "American Geographical Society". Membro da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres (1964), México (1966), Nova Delhi (1968), Vitória, Espírito Santo (1971), Montreal (1972) e México (1974, in absentia). Presidente de Sessão no "Population Symposium, XI International Geographical Congress", Nova Delhi (1968). Relatora da Comissão de "Diretrizes e Prioridades da Pesquisa Geográfica", na II Conferência Nacional de Geografia, Estatística e Cartografia, promovida pela Fundação IBGE (1972). Relatora do Simpósio sobre a "Renovação da Geografia no Brasil", S.B.P.C. (1973).

BECKER, Gretchen

(C.E. — Alemão — 1971 a 1974)

"Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge" (junho de 1960). Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dezembro de 1960). "Degree of Master of Arts in Education, Michigan State University, USA" (1964). **Diplomas e Certificados:** a) Seminário de Inglês organizado pela Diretoria do Ensino Secundário — CADES (1960); b) Curso de Treinamento de Professores de Inglês, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1961); c) "Certificate of Special Program in Audio-Visual Education, Audio-Visual Center, Michigan State University" (1964); d) I Seminário Intensivo de Aperfeiçoamento para Professores da Língua Alemã, Instituto Cultural Brasil-Alemanha (1969); e) "Certificado do Curso Intensivo da Língua Alemã do Eurozentrum Deutschland", Colônia (1972); f) II Seminário Intensivo de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Alemã, Instituto Cultural Brasil-Alemanha (1973); g) Curso de Aperfeiçoamento para Professores Estrangeiros da Língua Alemã, Instituto Goethe, Munique (1974); h) Certidão do Concurso para Professor Auxiliar de Ensino da Cadeira de Alemão no Colégio Pedro II (1970); i) I Congresso Latino-Americano da Associação Internacional para Instrução Programada sobre Pedagogia Cibernetica, Salvador, Bahia (1969). **Atividades Docentes:** a) Professora de Inglês no Curso Pré-Vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula (1961); b) Assistente de Educação no Ministério da Educação e Cultura, Treinamento de Professores na Utilização de Recursos Audiovisuais (1961/1963); c) Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, a partir de 1969.

BENSON, Daniel Harold

(C.P.C.D. — Francês — 1973/1974)

Professor de Letras — "Académie de Clermont Ferrand". Professor de Francês no Liceu "Sarraud" de Hanoi. Professor no Liceu Francês de Kampot (Camboja). Diretor da Aliança Francesa de Guayaquil (Equador). Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro. Diplomado especialista de ensino pelo sistema audiovisual (1964) — "École Normale Supérieure de St. Cloud". Diplomado Assistente Pedagógico (1971).

FIORAVANTE, Moacyr Antônio

(C.P.C.D. — Economia — 1968, 1971 a 1974)

Escolaridade: Curso Universitário (Economia) — Universidade Católica de Campinas (1962 a 1965). Curso de Pós-Graduação (Economia) — Escola de

Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (1966 a 1967). Curso de Extensão — Computadores Eletrônicos e Programação — George Washington University — Washington D.C., USA (1969). **Atividade Profissional:** Fundação Getúlio Vargas, RJ — Economista (1968). "The Brookings Institution — Washington D.C. — Guest Scholar". Responsável pela parte brasileira do Projeto ECIEL (Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-Americana), na área de Processamento de Dados (1969). Escola Brasileira de Administração Pública — FGV — Professor de Planejamento Econômico do Curso de Pós-Graduação em Administração Pública (1969). Monitor-Montreal Organização e Engenharia S.A. — Consultor Econômico do Projeto de Viabilidade de Implantação da Zona Industrial de Santa Cruz (1970). Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UFRJ — Professor da Cadeira de Análise Macroeconômica (1970/1971). Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas — Professor da Cadeira de Computadores e Programação (1970/1974). Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — Chefe do Centro de Processamento de Dados (1970/1974). Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO — Diretor-Presidente — período atual. **Cursos Especiais:** 1 — **Métodos e Planejamento da Produção** — 1.1 "Methods Time Measurement" — MTM — General Procedure Data — GDP — ministrados pela H.B. — Maynard, Pittsburg, PA, reconhecido pela MTM Association for Standards and Research. 2 — **Computadores e Programação** — 2.1 Linguagem e Programação FORTRAN IV — IBM do Brasil e IBM Education Center — Washington D.C. — USA. 2.2 Linguagem de Programação PL/I — George Washington University, USA.

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevam de

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernetica) — 1971 a 1974)

"Master of Economic Sciences", Universidade de Varsóvia, 1968. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Varsóvia. Especialização em Métodos Numéricos e Algol-60, Instituto de Cálculo Numérico da Universidade de Varsóvia. **Experiência Profissional:** Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1968/1969. Professor de Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1969. Professor de Econometria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969/1971. Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 1969/1970. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UEG. Chefe de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1968/1969. Membro do Secretariado Executivo da Comissão do Ano 2000 da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Guanabara, 1970. Professor Regente de Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guana-

bara, 1970/1971. Vice-Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1971. Consultor da S.P.L. — Serviços de Planejamento, 1969/1971. Assessor da Presidência da União de Bancos Brasileiros, 1969/1970. Coordenador da Assessoria Econômica do Conselho da União de Bancos Brasileiros, 1971. Diretor da IBRATA — Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados Ltda., 1971. Diretor do SERPRO. **Congressos, Seminários e Reuniões Científicas** (participação): Seminário Latino-Americano de Ciências Políticas (Projeto Brasil), Rio, 1969; II Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Rio, 1970; Simpósio Internacional de Pesquisa Estatística — Amostral e Domiciliar, Rio, 1970. **Associações Científicas de que fez parte:** Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional. Sociedade Cibernética Brasileira.

MARINHO, Armando de Oliveira

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Instituições Políticas — 1974)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso Superior de Guerra — Escola Superior de Guerra do Brasil. **Atividades no Magistério e Culturais:** Professor de Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Professor de Direito Administrativo na Universidade Gama Filho. Professor Regente da Cadeira de História do Direito Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Defensor Público do Ministério Público. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Juiz Substituto do Estado da Guanabara. Membro da Banca Examinadora do Concurso para Procurador do Estado da Guanabara. Membro da Banca Julgadora da Defesa de Tese da Fundação de Estudos do Mar. Secretário Executivo do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getulio Vargas. Secretário da Revista de Ciência Política da Fundação Getulio Vargas. Coordenador de diversos cursos sobre Ciência Política e Direito Público da Fundação Getulio Vargas. **Cargos e Funções Exercidas no Ministério Público do Estado da Guanabara:** Defensor Público. Promotor Substituto. Promotor Público. Curador de Resíduos. Assistente do Procurador-Geral da Justiça. Curador de Justiça. Diretor-Geral da Secretaria-Geral do Ministério Público. Assistente do Procurador-Geral (1973). Conferencista da Escola Superior de Guerra. Conferencista de diversas faculdades. **Comissões no Exterior:** Delegado do Brasil na Reunião da FMANU-ONU (Libéria, 1962). Observador da OEA na República Dominicana (1966). Delegado do Brasil ao Congresso Internacional de Ciência Política (Bruxelas, 1967). Delegado junto ao CLACSO (1971). Delegado do Brasil ao Congresso Internacional de Ciência Política (Montreal, 1973).

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque

(C.P.C.D. — Direito Internacional Pùblico — 1974)

Livre-Docente e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Juiz do Tribunal Marítimo

MOREIRA, 1.º Secretário Marcílio Marques

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

(C.P.C.D. — Economia II — 1966)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1974)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro, 1954. Professor, Substituto, de Direito Internacional Pùblico, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Convénio Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do Seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961/1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963/1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2.ª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos Cursos de Bacharelato, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos

Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de maio de 1968. Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968/1971). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU —, do Ministério do Interior (1958/1970). Diretor-Presidente da COPEG (1965/1968). Vice-Presidente da União de Bancos Brasileiros (1968). Vice-Presidente do Banco de Investimento do Brasil (1968). Representante do Brasil na "Atlantic Conference" (Caracas — 1972).

MULHOLLAND, John

(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957, 1974)

Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1940 a 1956). Curso para Professores de Inglês do "British Council", Stratford-upon-Avon (1948). Examinador de Inglês do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1950 a 1954 e 1956). Professor de Inglês nos Cursos da Rádio Ministério da Educação. Professor de Didática Especial na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette. Membro das Bancas Examinadoras nos Concursos para Provimento de Cátedra de Inglês no Colégio Pedro II e em colégios oficiais do Estado do Espírito Santo. Membro das Bancas Examinadoras para os Exames de Suficiência para Professores de Inglês realizados nas Faculdades de Filosofia no Rio de Janeiro e em Campinas, SP. Membro da Banca Examinadora em Concurso para Tradutores Juramentados e Intérpretes Comerciais.

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1970 a 1974)

Diretor do Instituto Rio-Branco (novembro — 1969 a julho — 1972). Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Curso de Extensão da Escola Superior de Guerra (1973). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris "Sorbonne" (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito "Cândido Mendes" (1956), Professor da Universidade "Pro Deo" de Roma (1958 a 1960), Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Interna-

cional, membro da "International Law Association" (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de "Derecho Internacional de la Universidad del Litoral" (Rosário, Argentina), do "London Institute of World Affairs" (1962), da "Commission Internationale de Juristes", representante do Brasil no Praesidium da "Grotius Foundation" (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), associado do "Institut de Droit International" (1973), secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembléia-Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da FAO (Roma, 1958/1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963/1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena, 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembléia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da Conferência; na II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Consequências Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre Apoderação Ilícita de Aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos.

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1974)

St. Catherine's Society, Oxford, 1945/1948. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor Primário, 1948/1952 e Professor Particular de Inglês, 1952/1954, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955/1956, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no "The Linguist Club School of English", Londres, 1956/1957. Professor no Curso de Inglês para Professores de Ensino Secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte, 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, 1958. Conferencista Titular, junho, 1958. Diretor da filial de Botafogo em 1958/1960. Diretor de Ensino, SBCI, Rio, 1960/1971. Examinador de Provas Orais para o Diploma "Cambridge" no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967, 1.ª Fase). Pro-

fessor Assistente da PUC, 1966/1967. Coordenador de Inglês da PUC, 1968/1969. Professor Associado da PUC, desde 1970. Fundador e Diretor do Curso "Context", Rio de Janeiro, 1971 em diante. Examinador do Concurso para Tradutores e Intérpretes promovido pela Junta Comercial do Estado da Guanabara e realizado pela Academia de Polícia, janeiro-fevereiro, 1973.

RIOS, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1969 a 1974)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1974)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da "Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris". Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra. Membro do Conselho Superior da ADESC — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Professor do Curso de Direito Econômico (Doutorado) da Faculdade Nacional de Direito e coordenador do Curso. Professor do Curso de Doutorado da Faculdade Nacional de Direito. Chefe do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade Nacional de Direito. Examinador no Concurso para Juiz Substituto da Justiça do Estado da Guanabara. Examinador no Concurso para Defensor Público do Estado da Guanabara. Presidente da Federação Nacional dos Bancos. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara — SBEG. Presidente da Fundação Escola Nacional de Seguros — FUNENSEG. Presidente da Associação Internacional de Direito de Seguros — Seção Brasil (AIDA). Vice-

Presidente da ABEG — Associação dos Bancos da Guanabara. Vice-Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, Seção Brasileira — CICYP. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. 1º Vice-Presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento — ADECIF. Diretor da "International Law Association" — Seção Brasileira. Diretor da "Inter-American BAR Association" — Sede em Washington, USA. Diretor da Academia Interamericana de Direito Comparado e Internacional. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor do Comitê de Contatos Franco-Brasileiros. Superintendente da Sociedade Brasileira de Arbitragem Comercial. Membro da "Society for International Development" — Seção Brasileira. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço. Membro da Associação Brasileira de Direito Marítimo. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos — IBEA. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro do Conselho de Desenvolvimento da PUC. Membro do Conselho Editor da "Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro" — Publicação do Instituto Brasileiro de Direito Comercial Comparado, de São Paulo. Membro Titular do "Instituto Argentino de Derecho Comparado"; Redator da "Revista Forense". Chefe da Delegação Brasileira à Reunião dos Governadores FELABAN — Federação Latino-Americana de Bancos, em 1971 (Bogotá); 1972 (Caracas); 1973 (Bariloche) e 1974 (Tegucigalpa). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião com Executivos da Casa Branca, BID, Banco Mundial e OEA, em maio, 1973 (Washington). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP) em 1971 (Nova York). Chefe da Delegação Brasileira à Conferência sobre Automação Bancária, em 1971 (México) e em 1972 (Caracas). Chefe da Delegação Brasileira à XVII Conferência da Federação Interamericana de Advogados, em 1972 (Quito). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião do Conselho Diretor da Federação Interamericana de Advogados, em 1973 (México). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião sobre Investimentos Estrangeiros, realizada pelo CICYP — Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Seção Argentina, em 1972 (Buenos Aires). Chefe da Delegação da Guanabara aos Congressos de Bancos: VI, 1964 (Recife); VII, 1969 (Curitiba); VIII, 1971 (Brasília); e IX, 1972 (São Paulo). Chefe da Delegação Brasileira à Reunião dos Bancos Comerciais ALALC, março, 1973 (Santiago). Presidente da XVIII Conferência da Federação Interamericana de Advogados, em 1973 (Guanabara). Presidente do III Congresso Pan-Americano de Direito de Seguros, em 1972 (Guanabara). Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional. Membro do Comitê Patrocinador da Revista "Derecho de la Integración", do "Instituto para la Integración de América Latina" — INTAL. Membro do Conselho de Representação da Guanabara, no "Projeto Rondon". Membro da Comissão Redatora do Projeto de Código de Obrigações, nomeada pelo Governo Federal. Conferencista do Forum de Ciência e Cultura (1971/1973).

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da XXXIX Conferência da Associação de Bancos do México (México, 1973). Convidado Especial à Reunião do BID, em Kingston, na Jamaica, abril, 1973. Conferencista do Seminário sobre Projeto de Títulos de Crédito Latino-Americanos, a convite do Instituto de Integração Latino-Americana, em 1970 (Buenos Aires). Convidado Especial e Conferencista do Seminário sobre as Sociedades Anônimas da América Latina, realizado pelo Instituto de Integração Latino-Americana (Buenos Aires). Debatedor do I Seminário sobre Problemas Jurídicos da ALALC, a convite do Instituto de Integração Latino-Americana — INTAL, na cidade de Montevidéu. Representante da Universidade do Estado da Guanabara, no I Congresso sobre o Direito do Mar, em abril, 1972 (Porto Alegre). Membro da Comissão Organizadora da VI Jornada Latino-Americana de Direito Aeronáutico e Espacial. Coordenador do Painel "Financiamento Externo" organizado pela Câmara Americana de Comércio, em 1973, na Confederação Nacional do Comércio. Membro da Comissão de Honra do VII Congresso do Comércio Ibero-Americano, realizado em São Paulo, em 17/19 de outubro de 1972. Convidado Especial e Conferencista do I Congresso Latino-Americano sobre a "Nova Realidade da América Latina e a Empresa Nacional", novembro, 1973. Convidado Especial e Conferencista da Conferência Hemisférica de Seguros, de 11 a 15 de novembro de 1973 (Buenos Aires).

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1974)

Licence-és-Lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1º colocado no Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução nos seguintes Congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954, Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959, Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960, Rio). Participou, como Tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana (Rio, 1965); das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano (Buenos Aires, 1966); da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA (Punta del Este, 1967); da Reunião dos Chefes de Estado Americanos (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES (Buenos Aires, 1967); da OEA (Viña del Mar, 1967); da I Assembléia-Geral da OEA (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembléia-Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971); da Assembléia-Geral da

OEA (Washington, 1972); das Conferências da Reformulação do Sistema Interamericano (Lima, junho e novembro de 1973); da Conferência dos Chanceleres — OEA (Quito, novembro de 1974). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Adaptação e Narração, em francês, dos filmes: "Brasil Ano 150", "A Transamazônica", "Nossa Senhora da Glória do Outeiro" e "Burle Marx". Ministrô o Curso "Aspectos Sociais da Comunidade Industrial" da Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966). Nomeado Conselheiro-Delegado para o Brasil do "Instituto de Ciências del Hombre" de Buenos Aires. Recebeu o Título de Cidadão do Estado da Guanabara em agosto de 1973.

VALENTINO SOBRINHO, 1º Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969 a 1973)

(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)

(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1974)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1974)

Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (1968 a 1973). **Formação Universitária:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio-Branco, em 1963. **Atividades Docentes:** Professor de Política Internacional no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969/1974); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972); Conferencista da Escola de Guerra Naval, nos Cursos de Direito Internacional Público e Economia Internacional (desde 1968); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito Cândido Mendes (Ipanema, 1973); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973); Professor de Economia Internacional, de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (1972/1974); Livre-Docente de Economia Política da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, aprovado com distinção em concurso de provas e de títulos (1974). **Atividades Diplomáticas:** 1.º Secretário, por merecimento, em 30-4-1973. Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963/1964). Auxiliar do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, do Ministério das Relações Exteriores (1964/1965). Assessor Internacional Adjunto do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965/1967). Assessor da Divisão de Política Financeira do Ministério das Relações Exteriores (1967). Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (designado em 1.º de outubro de 1968). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial para Preparação da Participação brasileira à 2.ª Reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (novembro de 1967). Representante do Ministério do Interior no Grupo de Trabalho constituído pelo Conselho Monetário Nacional em 12 de janeiro de 1968, para estudar a política do Governo brasileiro no sentido de obter acesso aos créditos da "International Development Association". Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial de Coordenação do Comércio com o Leste Europeu (COLESTE). Representante do Ministério do Interior na comitiva do Sr. Robert McNamara, Presidente do Banco Mundial, por ocasião de sua visita ao Nordeste, em outubro de 1968. Representante do Ministério do Interior na Comissão Mista Brasil-Romênia, em 1969. Representante do Ministério do Interior nos trabalhos preparatórios da Comissão Mista Brasil-Itália, em 1969. Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial da Bacia do Prata (a partir de 1969). Representante do Ministério do Interior no Grupo Interministerial, preparatório da Reunião da CECLA e Missão Rockefeller, em 1969. Integrante da Representação do Ministério do Interior nas conversações com a Missão Rockefeller, sobre o Nordeste, em 1969. Suplente do Representante do Ministério do Interior, na Conferência dos Chanceleres do Prata, em 1969. Secretário-Geral, em exercício, do Ministério do Interior, em maio de 1969. Integrante da comitiva do Ministro do Interior, na viagem de estudos e observação técnico-econômica à Espanha, Portugal, Itália e Israel, em maio de 1970. Representante do Ministério do Interior nas conversações com a "Business International", em outubro de 1970. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, Lima, em agosto de 1971. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela, em Caracas, em outubro de 1971. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Equador, em Brasília, em novembro de 1971. Assessor do Ministro do Interior no Seminário sobre "As Forças de Transformação na América Latina", promovido pelo "Council on Foreign Relations", em New York, em novembro de 1971. Delegado à I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, em abril de 1972. Assessor da Delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, em Estocolmo, em junho de 1972.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1974)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)

(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil (Emérito) e da Universidade Católica do Rio de Janeiro (Titular); antigo: Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950/1952). Membro, antigo 1.º Vice-Presidente do "Institut de Droit International" e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955/1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1961 a 1971). Procurador-Geral da República (1967). Doutor "honoris causa" da Universidade d'Aix, Marseille (1956). Académico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia, Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO (1960/1963 e 1970/1973). Consultor-Geral da República (1947/1950). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da "International Law Association". Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945/1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na "Académie de Droit International de La Haye". Presidente da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado. Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Tolouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa. Embaixador-

Chefe da Delegação do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais para o Direito Humanitário Internacional, da Cruz Vermelha, Genebra (1971 e 1972). Delegado do Brasil à 12.^a Sessão da Conferência de Direito Internacional Privado da Haia (1972).

VENANCIO FILHO, Alberto

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1974)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da "American Political Science Association". Assistente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1954/1957). Secretário Executivo da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC (1956/1957). Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961). Assessor da Reunião da Comissão Especial para Programação da Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos (1962). Perito participante do Seminário sobre Organização e Administração de Empresas Públicas da Organização das Nações Unidas (Genebra, 1966). Professor da Cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (1961/1965). Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado da Guanabara (1966/1968). Colaborador do Relatório sobre o Ensino Superior no Brasil, preparado para o "Council of Higher Education in the American Republics" — CHEAR (1960/1961). Organizador do Plano Inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — 1960.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952/1953, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1968/1969).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)

(C.P.C.D. — História das Américas — 1965/1966).

ALEXANDRE, Peter

(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(C.P.C.D. — Economia Política — 1953/1954, 1961)

(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português — 1962).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)

(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972).

ALVIM, Clara de Andrade

(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de

(C.E. — Prática de Arquivo — 1947/1948).

ARANTES, Tarcísio Barbosa
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUGER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1959 a 1972).

AUSTEN, Mary Veronica
(C.E. — Inglês — 1954).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957/1958).

BACKEUSER, Everardo
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva
(C.E. — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967/1968).

BARAT, Josef
(C.P.C.D. — Economia I — 1966).

BARROS, Júlio d'Assunção
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

BAUSS, Rudolph William
(C.P.C.D. — Inglês — 1973).

BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952/1953).

BENTES, João Ferreira
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).

BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).

BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).

BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949/1950, 1959).

BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).

BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).

BROWN, Gilbert Clark
(C.P.C.D. — Inglês — 1971/1972).

BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).

BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas —
Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários
e Conferências — 1969).

BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948, 1951/1952).

BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968/1969).

BURNIER, Maria Cândida Penido
(C.P.C.D. — Francês — 1971)
(C.E. — Francês — 1964 a 1967).

CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).

CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).

CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).

CARNAÚBA, Ministro Frederico Carlos
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1973).

CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952/1953)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951/1952).

CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955/1956)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).

CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964, 1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).

CASTRO, Ministro Raymundo Nonnato Loyola de
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970 a 1972).

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).

COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).

CONNEL, Grahān
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).

CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947/1948, 1950).

CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951/1952 — Política Internacional — 1959)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).

CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).

CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
(C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).

COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961/1962).

COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).

COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).

DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).

DOURADO, Mecenas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954)
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954/1955).

DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).

DUARTE, Aluísio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).

DURAN, Túlio Hostilio Federico Arvelo
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1958/1959).

EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).

FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).

FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).

FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).

FERRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1955).

FINN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

FLYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).

FONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).

FORRER, Robert L. C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959/1960).

FOX, William Thorton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

FOZ, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).

FRANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).

FREY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).

GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).

GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952/1953).

GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966)
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).

GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).

GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962)
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Direito
Internacional Público — 1963)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958/1959).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960)
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas —
Geografia — 1963).

GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman
(C.P.C.D. — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severino da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLÂNDIA, Guy de
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas —
História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1956 a 1968).

JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).

JENNINGS, Ralph Edward
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963/1964).

KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel
(C.P.C.D. — Inglês — 1969).

KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957)
(C.E. — Inglês — 1952/1953)
(C.E.X. — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957/1958)
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador
— 1967 a 1970).

LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antônio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hélio José da Costa
(C.P.C.D. — Economia I — 1957).

LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956/1957).

LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LÉCUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961/1962).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).

LEME, Og Francisco
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LEMOS, Augusto Jefferson de Oliveira
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947)
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1971/1972).

LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965)
(C.P.C.D. — Economia II — 1965)
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).

LOPES, Helga de Godoy
(C.E. — Alemão — 1972/1973).

LOPES, Secretário José Ferreira
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).

MANTOVANELLI NETO, Obertal
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1959/1970).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre
(C.P.C.D. — Francês — 1967).

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).

MIRANDA, José Luiz Silveira
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clóvis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963)
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).

MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).

MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962/1963).

MURPHY, Alan James
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).

NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).

NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).

NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947/1948).

NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970).

NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964/1965).

NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).

ONIGA, Teodoro
(C.E. — Análise Estatística — 1969/1970)
(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969/1970).

OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).

PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961/1962).

PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).

PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).

PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).

PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954)
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952)

PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).

PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).

PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).

PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).

PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).

RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).

RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).

REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).

RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).

RIBEIRO, Secretário Jorge Carlos
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1971/1972).

RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).

RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953)
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954/1955, 1963/1964).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).

SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica
— 1954 a 1957)
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).

SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964/1965).

SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).

SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos
(C.E. — Alemão — 1972/1973).

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenbergs
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).

SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).

SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).

SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).

SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965/1966).

SILVA, Paulo César Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948/1949).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968/1969).

SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1953 a 1966).

SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961)
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964/1965).

SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).

SOUZA, Alberto Mello e
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969/1970)
(C.E. — Análise Estatística — 1969/1970).

STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973).

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).

TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).

THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).

TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).

TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1953/1954).

VARZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).

VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).

VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954)
(C.E. — Francês — 1948).

VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).

VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963)
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).

WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968/1969).

WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).

WHITFIELD, Margaret Ann
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

WOOD, F. G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).